

Universidade Federal Fluminense

Mestrado em Psicologia

Linha de pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social

Orientação: Kátia Faria Aguiar

Interseções entre políticas públicas de segurança, assistência e saúde pela ótica da exclusão social a partir de um diálogo com a esquizoanálise e o esquizodrama

Alessandro Luís Corrêa

Niterói
2025

Sumário

1º ATO	2
Uns por ais nas trilhas dessa vida psi.....	3
Prelúdio.....	3
2º ATO.....	9
Algumas considerações da psicologia nas políticas públicas brasileiras, tecendo um diálogo com a esquizoanálise e o esquizodrama – Apontamentos de uma contextualização histórica	9
.....	9
Processos sociais excludentes/includentes com algumas considerações, tendo por ótica dois pontos de inconsistência – a arborívera e a rizomática	14
3º ATO	35
As interseções por Kartografias.....	35
A Chegada no Presídio Nelson Hungria e o ato de um acontecer revolucionário – o beijo na boca “das internas” – trilhas pelo cárcere	35
A implantação dos núcleos de saúde mental no DEGASE e a lei em conflito com os adolescentes – O encontro com o conselheiro Justos do samba da Gamboa,.....	53
O CAPSi Monteiro Lobato e o Abrigo Ayrton Senna - a potência do encontro.....	57
CAPSi Dom Adriano Hipólito e Creas , Maricá - a aliança peripatética	66
Curso de Inglês para as “presas” e Policlínica Dom Walmor, processos sociais excludentes/includentes – proposições imersivas pelo decalque,	69
4º ATO	
O Tratado de levar uma vida esquizodramática , o encontro com Gregório Franklin Barembliitt , o guerreiro do devir	70
Considerações Finais – O encontro com Kaio, Clínica do Caos - Caosmos – Cosmos. o experimento... ..	78

1º Ato

Uns por ais nas trilhas dessa vida psi

Eu comecei a desejar a formação em psicologia aos 15 anos, na medida em que percebi que o meu nicho de amizades, a maioria do sexo feminino, sentia-se à vontade para me contar qualquer coisa que elas queriam contar e eu sempre estava ali interessado em escutá-las, intrigava-me a compreensão de tais comportamentos produzidos pelas minhas amigas. Essa ideia de psicologia balizada na escuta se fortaleceu quando iniciei a minha formação no ano de 1997, pois nos períodos acadêmicos que se sucediam, no curso, era-me apresentado, pela maioria das disciplinas, a clínica psicanalítica de Freud praticada em um consultório tradicional, inclusive com divã, ou seja, escutar e interpretar a partir da associação livre dos pacientes por meio da palavra.

Nos anos 2000, no sétimo período de psicologia, participei da 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que trazia como eixo comum o compromisso social da psicologia. Este evento foi realizado pelo Conselho Federal de Psicologia no complexo do Anhembi na cidade de São Paulo. Vieram psicólogos dos quatro cantos do país, expondo muitos fazeres psi em diversas searas, como por exemplo, esporte, trânsito, empresas. Mas, as práticas que mais me chamaram a atenção foram as das políticas públicas. Psicólogos que traziam fazeres psi desses lugares muito diferentes daquela clínica psicanalítica apresentada nas aulas da faculdade. Psicóloga que fazia sarau de poesia, de música com os usuários do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial como um dispositivo terapêutico, psicólogo que se utilizava dos bordões e dos raps em sala de espera no CRAS – Centro de Referência em Assistência Social para informar aos usuários acerca dos serviços ofertados naquele equipamento por exemplo. Assim, fui percebendo a importância da psicologia nas políticas públicas, principalmente nas que contemplasse as necessidades coletivas, para além das individuais, de modo que o comprometimento social da psicologia não seria apenas promover saúde mental, mas também estaria inserida em um contexto do como a sociedade funciona e de que maneiras poderia agenciar esses funcionamentos, ou seja, o que poderia beneficiar esses usuários dessas políticas para uma vida mais justa e equitativa. Esse compromisso social da psicologia fazia todo sentido para mim. Assim, voltei-me para as políticas públicas de vez.



1Mostra Nacional de Práticas em Psicologia – Psicologia e Compromisso social. São Paulo, 2000.

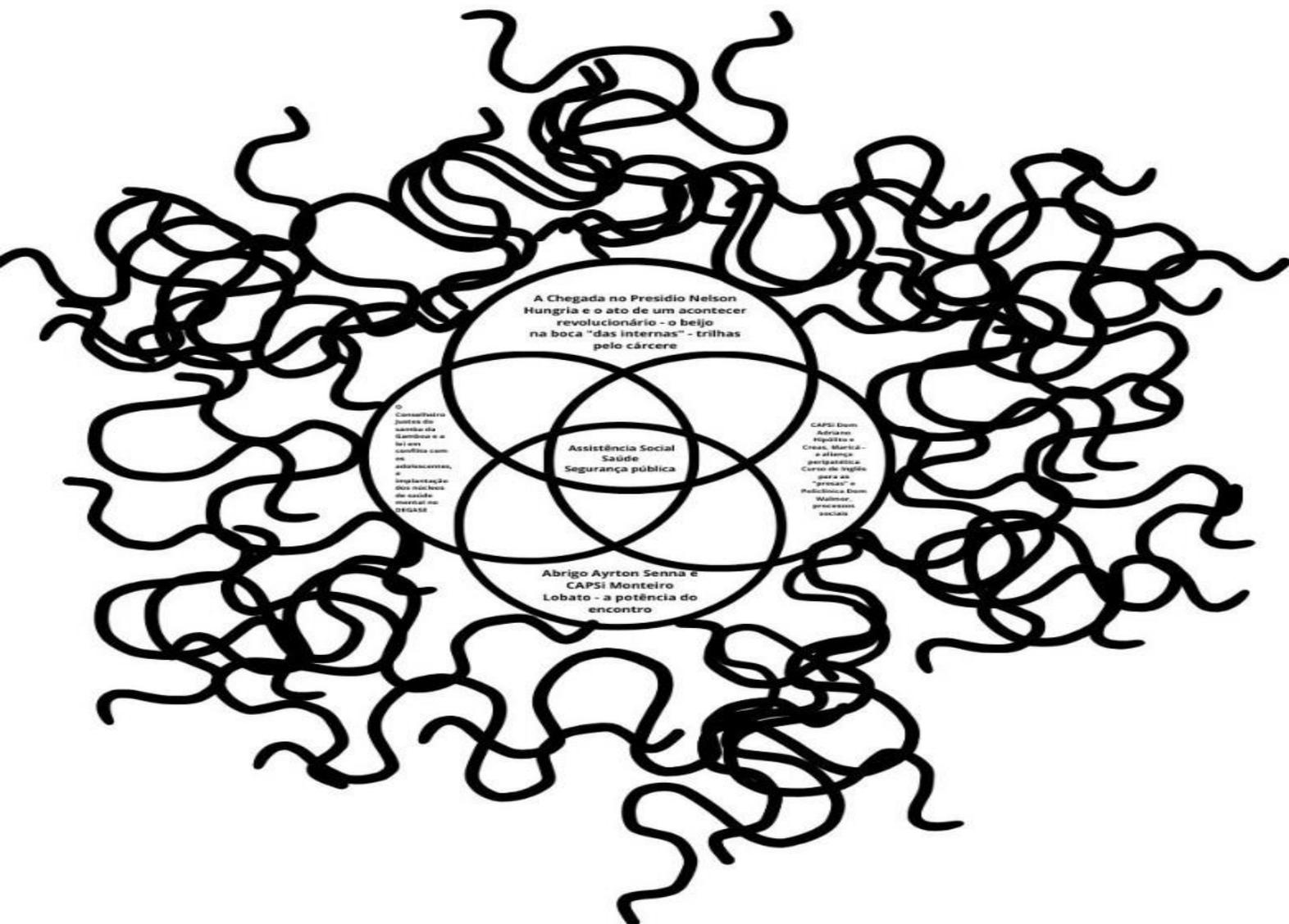
Em 2003, estava em curso no estado do Rio de Janeiro uma reestruturação da polícia civil – tratava-se do programa delegacia legal. Essas instituições de segurança pública diferenciavam-se das já existentes, além da estrutura arquitetônica, principalmente em dois pontos: ausência de carceragem e assistentes sociais e psicólogos compondo o corpo funcional, ou seja, não somente por policiais. Esses profissionais atuavam no balcão de atendimento, sendo eles os responsáveis pelo primeiro atendimento à população – os técnicos de atendimento social. Foi nessa função, em setembro de 2003, que iniciei como profissional de psicologia o meu percurso nas políticas públicas. Nessa época, era permitido no máximo, pelo contrato, permanecer na delegacia por dois anos. Em maio de 2005, um pouco antes de completar esse tempo, sou convidado pelas psicólogas da coordenação de psicologia da SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária/ RJ para trabalhar como contratado temporário na Casa de Custódia Cotrin Neto, situada no município de Japeri. As casas de custódia são criadas em função do fim das carceragens na maioria das delegacias, uma vez que era necessário constituir um espaço para colocar as pessoas que ainda estavam aguardando julgamento. Esse convite foi decorrente de um estágio, que iniciei no ano de 1999, na

unidade prisional Nelson Hungria, no extinto complexo Frei Caneca, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro, tendo permanecido no sistema prisional como estagiário, inclusive em outras unidades prisionais até me formar. Foi nessa época, circulando no sistema prisional, que comecei a me atentar que as histórias das mulheres que estavam em privação de liberdade se repetiam, como por exemplo, ao serem perguntadas sobre a razão que as levaram a cometer o crime. Em regra a resposta era por causa do meu companheiro e quando eram indagadas acerca das perspectivas futuras a resposta era que iriam estudar, trabalhar e criar os filhos.

Assim, comecei a me indagar no sentido de quem são essas mulheres? Do porquê dessas respostas repetidas? Comecei a pensar que algo estava errado. Contudo, não tinha subsídios teóricos e práticos que permitissem a mim, naquela época, um aprofundamento dessas discussões, mas sem dúvida nenhuma esse estágio foi um disparador inicial, no sentido de perceber que as unidades prisionais femininas do estado do Rio de Janeiro naquela época atendiam uma clientela específica – a pobreza, o socialmente excluído a tal ponto que suas histórias particulares não interessavam. O que interessava era justamente essa repetição. De uma mulher que por meio dos seus relacionamentos praticava crimes por conta destes, ou seja, do companheiro traficante. E como dissolução, a partir da passagem pelo presídio, faria essa mulher trabalhar, estudar e criar os seus filhos. Um discurso mimético, massificado para atender aos interesses dos bons – aqueles que não são considerados pobres e que não cometem crimes. Evidentemente, que essas análises e hipóteses vão se constituindo através dos tempos, pois no sistema prisional permaneci como profissional por oito anos. No meio desse período fui contratado para trabalhar no sistema socioeducativo e depois, no decorrer dos anos, outros contratos vieram e a cada novo contrato nessas instituições que executam políticas públicas diversas, essas repetições se intensificavam como algo que se decalcava e dizia de uma reprodução de um sujeito, não importando qual a modalidade de política era, mas de que se tratava de processos que desembocam em exclusão social. Para essas repetições utilizo o conceito de decalque de Deleuze e Guattari para ilustrar os processos sociais excludentes que tensionam essa pesquisa.

A ideia central que permeia o processo de decalque é que a representação não deve ser encarada como uma simples imitação da realidade, mas sim como um espaço de experimentação e invenção. Assim, ao realizarmos um decalque de algo, estamos criando

oportunidades para novas possibilidades e interpretações, expandindo, dessa maneira, nosso entendimento do mundo e das relações que o compõem. E para demonstrá-los , a partir de um funcionamento peculiar, elegi, tendo como premissa os afetos, no sentido do que vem me afetando por algumas instituições que atuei na área da segurança, assistência social e saúde , levando em consideração as interseções dessas políticas no que concerne aos processos sociais excludentes como enlaces institucionais, mas ao mesmo tempo por desenlaces dessas instituições. Sendo nos desenlaces a possibilidade de um fazer psi que faça jus ao compromisso social da psicologia. Essas trilhas de uma vida psi por movimentos que já passaram e que se passam serão apresentadas pelo tempo dos afetos.



O tempo dos afetos – as interseções por Kartografias

A perspectiva que estou sugerindo trilhar a partir do tempo dos afetos reside em uma constante interação entre o que já foi vivido, o que está sendo vivido e o que ainda será vivido, em um ciclo contínuo de influências. A noção de que o passado é o futuro e o futuro é o passado pelo mesmo e pela diferença ressalta a ideia de que, embora haja uma circularidade nas experiências afetivas, cada momento é único e singular. Assim as Kartografias fazem sentido enquanto o tempo dos afetos por nos convidar a transcender a rigidez do tempo linear em trilhas de uma caminhar, no qual permite que as instituições se fundam por um eixo comum – a exclusão social, mas que também se desconectam pela potência dos encontros. A lógica é de que o passado nunca está completamente separado do presente. Por isso, as Kartografias compõem os afetos que afetam no agora de uns por ais dessa vida psi.

Prelúdio

Eu vi o menino correndo eu vi o tempo
Brincando ao redor do caminho daquele menino
Eu pus os meus pés no riacho
E acho que nunca os tirei
O sol ainda brilha na estrada e eu
nunca passei
Eu vi a mulher preparando outra pessoa
O tempo não parou pra eu olhar para aquela barriga
A vida é amiga da arte
É a parte que o sol me ensinou
O sol que atravessa essa estrada que nunca
passou
Por isso uma força me leva a cantar
Por isso essa força estranha
Por isso é que eu canto não posso parar
Por isso essa voz tamanha
Eu vi muitos cabelos brancos na frente do artista
O tempo não para e no entanto ele nunca envelhece ”
[...]
(Caetano Emmanuel Viana Teles Veloso)

Esta pesquisa tem como objetivo tentar apontar alguns dos tensionamentos que residem nos processos de subjetivação que desembocam em exclusão social por interseções das instituições que compõem políticas públicas de segurança, assistência social e saúde de quatro municípios do estado do Rio de Janeiro. A proposta para tal não se configura pelas especificidades dessas instituições que compõe essas políticas no sentido ao que elas se destinam, mas de especificidades do como as interseções acontecem a partir de um funcionamento comum que pode vir a culminar na

reprodução/produção dos sujeitos socialmente excluídos. No decorrer dessa pesquisa se tentará mostrar ,a partir do meu percurso profissional, o como essas instituições possuem interseções que desembocam em exclusão social a partir dos serviços ofertados, dos atendimentos do dia a dia que produzem afetos. É neste contexto, por exemplo, que uma policlínica – instituição de saúde não seria muito diferente de um presídio – instituição de segurança pública ou de uma de acolhimento institucional – instituição da assistência social.

É por meio dos afetos/afecções que as kartografias se constituem , sendo uma forma de trazer à tona por meio do que se movimenta as engrenagens dessas instituições que permeiam esses sujeitos socialmente excluídos. O ato de Kartografar pelo que acontece nos cotidianos dessas instituições.

O “K” da Kartografia advém da concepção da Clínica com “K , proposta por Baremblytt, como sendo algo que desvia em consonância com os processos inventivos que emerge da criatividade e do novo. A letra “ C” está sendo trocada por "K" para indicar a ideia de que o objeto cartografado não é uma entidade acabada e objetiva, mas algo em constante movimento, sujeito a transformações e intervenções, bem como do envolvimento do kartógrafo no processo do registro, destacando que não existe uma representação única e absoluta da realidade, mas múltiplas interpretações e narrativas possíveis.

Klínicas são os dispositivos de intervenção utilizados pelo esquizodrama, cujo nome se inspira numa terminologia própria das filosofias atomista e estóica. Tem como origem etimológica clinâmen , que em grego significa desvio. Nessas filosofias , para explicar como surgia uma nova realidade, diziam que os átomos que constituíam a matéria caíam em paralelo com uma velocidade máxima e num tempo mínimo (o do pensamento) e, nesta queda, desviaram de suas trajetórias, se chocavam, e dessa colisão se originava uma nova realidade. Klinica com K seria, então, a Klinica do desvio – dinâmica da realteridade molecular e das partículas, que resulta numa anormalidade do instituído, organizado, estabelecido, do posto, de tudo o que obedece a modelos dominantes, hegemônicos, majoritários, dando lugar à produção de novas realidades , minoritárias, singulares, multiplicitárias, capazes de transmutar a realidade vigente. (Amorim, : 62, 2023).

Deste modo, o texto foi organizado por quatro atos, no sentido de estar atuando, de estar em movimentos constantes, nos quais as bases são as Kartografias que fazem composições por movimentos descontínuos , mas que em outros momentos por contínuos, como se fossem um turbilhão, produzindo multiplicidades de direções por um emaranhado de coisas que acontecem simultaneamente, como uma implosão/ explosão

que culminam em milhares de partículas que vão tomando outras muitas formas que inferem diretamente no cotidiano e na vida das pessoas, mudando a história de alguns em uma coletividade que não para de se movimentar. Assim, como na composição de Caetano Veloso o tempo brincou ao meu redor pelos caminhos percorridos por essas instituições diversas, dando-me a sensação de que nunca tirei os pés daquele riacho, que todos os acontecimentos estão em um fluxo descontínuo/conectado, movimentado pelos afetos/afecções em que o tempo não parou impulsionado por essas forças estranhas.

Trata-se de registros a partir dos meus passos. As demandas construídas são juntas no ato do movimentar-se por uma natureza artesanal que só é possível por meio do encontro. A ideia não é apresentar os processos institucionais por mera obediência e sim pelo acontecimento sem qualquer neutralidade. Pois a neutralidade é uma ideologia que sustenta a homogeneização dos corpos. Nesse contexto, irei trabalhar com a ideia de processo considerando sempre as inferências, ou seja, quem é esse sujeito neste engodo (re) produtivo das políticas públicas a partir das relações pelos atravessamentos e a análise do contexto?

Em suma, os quatro atos desse texto visam trazer à tona alguns dos fios condutores das interseções dessas instituições que as enlaçam e as desenlaçam em um movimento delinear a partir das Kartografias, por meio de um diálogo com a esquizoanálise e o esquizodrama. Trata-se de narrativas de alguns experimentos que me afetaram, colocando em voga tais políticas, que no enquadre social existem para beneficiar os usuários com o dogma de estarem “incluindo” os sujeitos na sociedade.

2º Ato

Algumas considerações da psicologia nas políticas públicas brasileiras, tecendo um diálogo com a esquizoanálise e o esquizodrama – Apontamentos de uma contextualização histórica

Fazer alusão ao lugar do psicólogo nas políticas públicas em relação à exclusão e inclusão social envolve uma compreensão complexa dos papéis que os profissionais de psicologia desempenham na sociedade. A questão da exclusão e inclusão não é apenas binária, mas sim um espectro em que o ato de incluir pode paradoxalmente fundir-se aos elementos de exclusão. A ideia de que processos de exclusão social são inerentes a

inclusão sugere uma compreensão mais complexa da dinâmica social, por isso a necessidade de uma breve contextualização histórica da inserção dos psicólogos nas políticas públicas brasileiras, assim como dos que apostam em uma atuação pela via da análise institucional, da esquizoanálise e do esquizodrama, de modo que se possa pensar a exclusão social a partir de uma perspectiva includente.

Os psicólogos no Brasil desempenham um papel fundamental nas políticas públicas, mesmo antes da regulamentação da profissão no país, em 1962. Ao longo das décadas, esses profissionais têm enfrentado desafios significativos, conquistando vitórias importantes e também enfrentando derrotas em seus esforços para promover a saúde mental e o bem-estar da população brasileira por meio das instituições públicas.

Inicialmente, a entrada dos psicólogos nas políticas públicas brasileiras representou um avanço significativo, pois trouxe uma perspectiva mais humanizada para a compreensão dos problemas sociais e de saúde. Entretanto, somente na década de 1980 que os psicólogos passaram a externalizar mais as preocupações com as desigualdades sociais que assolam o nosso país.

É apenas a partir da década de 1980 que, por meio de movimentos encabeçados inicialmente pelas entidades organizativas da categoria, a profissão começa a pautar pontos relativos às possibilidades de respostas da Psicologia às urgências das lutas sociais travadas na direção da redemocratização da sociedade e da promoção da justiça social. É assim que as(os) psicólogas(os), e suas entidades organizativas, passam a se implicar em processos como a luta por melhores condições de trabalho, compreendendo a necessidade de políticas de proteção integral às crianças e adolescentes, a luta por saúde pública universal e integral, dentre outros. A Psicologia passa a ter em sua pauta a discussão, como categoria, das graves desigualdades da sociedade brasileira e a promoção de políticas de proteção e garantia de direitos sociais. (CREPOP, Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), pag. 53, 2022.)

Com o passar do tempo, os profissionais da psicologia passaram a atuar efetivamente em políticas públicas de saúde, educação, assistência social e segurança pública, entre outras, contribuindo para a formulação e implementação de tais políticas. No entanto, os psicólogos enfrentaram e ainda enfrentam uma série de desafios nesse contexto. Um dos principais obstáculos é a falta de reconhecimento da importância do trabalho do psicólogo por parte de gestores públicos, o que muitas vezes resulta em orçamentos reduzidos, falta

de investimento em formação profissional e precarização das condições de trabalho. Além disso, a burocracia e a falta de integração entre os diferentes setores e esferas de governo dificultam a implementação de políticas públicas eficazes e abrangentes. Os psicólogos também enfrentam o desafio de lidar com demandas crescentes e complexas, como a violência, os transtornos mentais e as desigualdades sociais.

Apesar desses obstáculos, os psicólogos brasileiros têm obtido importantes conquistas ao longo dos anos. Entre as vitórias mais significativas, destaca-se a ampliação do acesso aos serviços de psicologia por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a inserção da psicologia no contexto social – Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no contexto escolar e a crescente valorização do trabalho do psicólogo como um agente de transformação social. No entanto, também houve derrotas e retrocessos, como a redução de investimentos em políticas de saúde mental, a precarização das condições de trabalho dos profissionais e a falta de reconhecimento de sua competência técnica. Atualmente, os psicólogos brasileiros nas instituições públicas enfrentam o desafio de se adaptar a um cenário político e econômico instável, marcado por cortes de orçamento e desmonte de políticas sociais.

No entanto, diante dessas adversidades, muitos profissionais se articulam aos movimentos sociais, conectando-se a novas redes como uma das possibilidades de resistência. Para o futuro do amanhã de agora, as perspectivas dos psicólogos nas instituições públicas no Brasil são desafiadoras. É fundamental que esses profissionais continuem a se organizar para enfrentar os obstáculos e defender a importância da psicologia nas políticas públicas. A atuação em rede, o fortalecimento do diálogo com outros setores e a defesa de princípios éticos. Isso são elementos essenciais para garantir o avanço e a consolidação da psicologia como uma área fundamental para a promoção do bem-estar social, conforme a psicóloga Silvia Giugliani cita em uma entrevista concedida ao jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio – CRP/ RJ em 2010, que dispensou um editorial somente sobre psicologia e políticas públicas :

Não se fala em políticas públicas de forma isolada, mas de forma articulada, intersetorial. As políticas públicas nos devolvem um exercício de diálogo com gestões, com colegas, com equipes, para, intersetorialmente, construir um conhecimento e contribuir na formulação de práticas inclusivas e

geradoras de cidadania”, afirma Silvia Giugliani. Para a psicóloga, lentamente a Psicologia vem alcançando essa forma de trabalho. “Aos poucos, temos mudado. Quando os profissionais começam a articular considerando ações de corresponsabilidade, começam a ocupar outro lugar, que eu chamaria de proativo, comprometido com os direitos humanos. Os processos coletivos têm possibilitado transformar a presença da Psicologia nas políticas públicas”, aponta. (Jornal CRP RJ Ano 7, nº 27, pág. 6, Março/Abril 2010)

Desse modo, a psicologia brasileira nas instituições públicas, à luz da análise institucional, da esquizoanálise e do esquizodrama, reflete um percurso marcado por desafios práticos para a compreensão e funcionamento dessas instituições. Com a análise institucional, os profissionais passaram a questionar o funcionamento das instituições, buscando compreender e intervir nas relações de poder, nas normas e nos processos que influenciam essas engrenagens.

A esquizoanálise, desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari, propõe uma abordagem não linear, considerando as interações que o sujeito vai estabelecendo, rompendo, às vezes, com o que essas instituições determinam. Essa perspectiva contribui para a desconstrução de padrões hegemônicos e para a promoção da diversidade e da singularidade no contexto institucional. O Esquizodrama, por sua vez, surge como uma técnica de intervenção que combina elementos do teatro, da análise institucional, da esquizoanálise e saberes que possam se conectar, buscando a dimensão de uma possibilidade de compreensão dos funcionamentos grupais e institucionais, fomentando a expressão criativa e a experimentação de novas formas de relação e de ação. Nesse contexto, os desafios têm sido complexos, uma vez que ao inserir essas abordagens nas instituições públicas, muitas vezes não são compreendidas. A resistência a mudanças, a manutenção de estruturas institucionais rígidas e a falta de compreensão sobre as propostas teóricas e práticas dessas correntes podem representar obstáculos significativos para a atuação. Ou seja, a psicologia para atuar com a análise institucional, esquizoanálise e esquizodrama deve procurar promover a promoção de uma reflexão crítica sobre as instituições, na desconstrução de práticas opressoras, na criação de espaços de acolhimento e de transformação e na valorização da subjetividade e da diversidade.

A análise institucional, a esquizoanálise e o esquizodrama é uma complexa teia de conexões e desconexões que podem refletir a dinâmica social ao longo da história. Historicamente, a psicologia no Brasil tem sido influenciada por correntes teóricas globais, mas também por questões e peculiaridades locais. A análise institucional, por exemplo, surge como uma abordagem crítica, conectando-se com movimentos sociais e políticos do país, buscando intervir nas instituições para promover mudanças sociais e psicológicas significativas.

A esquizoanálise proposta por Félix Guattari e Gilles Deleuze, assim como o esquizodrama proposto por Baremlitt, trouxeram uma abordagem revolucionária para o campo da psicologia, desafiando noções tradicionais de sujeito. Essas abordagens propõem uma compreensão mais ampla dos processos psicológicos, considerando a relação do sujeito com o social, o cultural e o político. No contexto brasileiro, a esquizoanálise e o esquizodrama encontraram terreno fértil para se desenvolver, especialmente em contraposição aos paradigmas tradicionais da psicologia. As conexões entre a psicologia, a análise institucional, a esquizoanálise e o esquizodrama são marcadas por um constante diálogo e interseção, ao qual cada abordagem se enriquece e transcende a partir das interseções disjuntivas. Por isso, as desconexões se fazem presentes, muitas vezes relacionadas a resistências institucionais, concepções conservadoras da psicologia. É importante destacar que a trajetória dessas abordagens no Brasil reflete não apenas conquistas e avanços, mas também desafios e contradições. A busca por uma psicologia mais crítica, contextualizada e comprometida com a transformação social requer um contínuo questionamento das práticas e dos discursos dominantes, bem como um esforço constante de desconexão/conexão e diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas e práticas. Assim, ao olharmos para as conexões e desconexões entre a psicologia, a análise institucional, a esquizoanálise e o esquizodrama na perspectiva histórico-social brasileira, podemos vislumbrar um campo fértil para reflexões e ações que buscam promover uma psicologia mais crítica e transformadora, capaz de responder aos desafios e demandas de nossa sociedade complexa e plural.

A intersecção entre a psicologia, a análise institucional, a esquizoanálise e o esquizodrama é marcada por uma rica teia de relações que desafiam conceitos tradicionais e abrem espaço para formas inovadoras de compreensão do sujeito e suas relações sociais. A esquizoanálise, proposta por Félix Guattari e Gilles Deleuze, surge como uma ruptura com os moldes psicológicos que dão ênfase a uma dicotomia entre normalidade e

patologia. A esquizoanálise propõe compreender a complexidade dos processos psíquicos a partir de uma perspectiva relacional e contextual. Essa abordagem enfatiza a multiplicidade do sujeito, a influência do ambiente social, institucional, cultural e a necessidade de transformações políticas e sociais para um estar crítico ao capitalismo mundial e integrado. Por sua vez, o esquizodrama surge como uma prática inspirada na esquizoanálise, que propõe uma forma de intervenção baseada na ação e nas experimentações. O esquizodrama permite a exploração e as vivências de novas possibilidades de existência, rompendo com padrões estabelecidos e ampliando a compreensão de si mesmos e de suas relações com o mundo. Essa abordagem criativa possibilita a expressão de emoções e conflitos de forma não verbal, abrindo espaço para a experimentação. Assim, historicamente as conexões entre a psicologia e a análise institucional, a esquizoanálise e o esquizodrama revelam uma convergência de ideias e práticas que buscam expandir fronteiras e desafiar hegemonias. A crítica às noções tradicionais de normalidade, a valorização da diversidade e da multiplicidade, a ênfase na ação e na experiência como formas de conhecimento são elementos que perpassam essas abordagens e apontam para novas formas de conceber o ser humano e suas relações nas instituições, de um modo em geral. Contudo, é importante reconhecer os desafios enfrentados ao longo da história dessas práticas no Brasil, que não estão dissociadas dos momentos políticos que atravessaram o nosso país ao longo da história. As resistências institucionais, as dificuldades de legitimação no campo da psicologia tradicional e as tensões teóricas e práticas são obstáculos que precisam ser superados para que a esquizoanálise e o esquizodrama possam encontrar seu lugar e sua relevância no contexto contemporâneo. A resistência institucional em relação à esquizoanálise e ao esquizodrama podem ser compreendidas através de alguns pontos-chave: as instituições - sejam elas de segurança pública, assistência social e saúde - operam com estruturas rígidas e normas que visam manter a ordem. A esquizoanálise e o esquizodrama, ao promover a fluidez e a multiplicidade em vez de totalidades fixas, entra em contradição com as práticas normativas dessas instituições. Além disso, a resistência à mudança nas instituições tende a uma não aceitação as abordagens que questionam seus fundamentos e estruturas. A esquizoanálise e o esquizodrama propõem uma visão menos hierárquica e mais inclusiva da dinâmica social, o que pode ser percebido como uma ameaça à autoridade e ao controle dessas instituições. A resistência institucional à esquizoanálise e ao esquizodrama podem manifestar-se em várias formas, como a incredulidade das suas práticas, porque, por muitas vezes, por essas práticas darem

importância as produções subjetivas, ou seja ao peculiar de cada sujeito no sentido do como esses estão se movimentando nas instituições , acaba indo de encontro ao ideário capitalista tão objetivo e voltado para o lucro e a manutenção de uma minoria que se faz dominante em cima de uma maioria menos favorecida – os pobres . Neste contexto, os processos sociais que incluem são excludentes sendo inerentes ao sistema capitalista, de modo a estarem , na verdade, em um processo social inclusivo no que se refere a essa lógica do capitalismo, pois a pobreza precisa existir como uma retroalimentação desse sistema, de modo que nunca irá acabar, não sendo objetivo do capitalismo extinguir a pobreza porque para se manter o sistema precisa dela. Assim, inclusão e exclusão se fundem, uma vez que vai se estabelecendo relações de que uma camada social é excluída socialmente ,necessitando ser incluída na sociedade como fosse uma busca incessante para atingir essa inclusão, que nunca será atingida, a partir de uma ideia de exclusão, porém todos estão incluídos nos modos de funcionar desse sistema. Uma vez que todos estão incluídos , como pensar a luz da esquizoanálise esses sujeitos que se reproduzem , a partir das engrenagens do sistema capitalista nas políticas públicas por processos sociais excludentes/ includentes ?

Processos sociais excludentes/includentes com algumas considerações por dois pontos de inconsistência – a arborívera e a rizomática.

O sistema capitalista, enquanto modelo econômico predominante em grande parte do mundo, é frequentemente discutido em termos de suas dinâmicas econômicas e sociais, especialmente em relação à exclusão social e à pobreza. Para entender essa relação, é importante considerar algumas características fundamentais do capitalismo. O capitalismo é baseado na propriedade privada dos meios de produção e na busca pelo lucro. Essa estrutura gera uma hierarquia econômica, nos quais os sujeitos e empreendedores competem por recursos limitados. Essa competição, embora possa levar a inovações e crescimento econômico, também produz desigualdades. A acumulação de capital tende a se concentrar nas mãos de poucos, enquanto muitos lutam para satisfazer suas necessidades básicas. Esse processo gera uma lógica de exclusão: aqueles que não conseguem participar da dinâmica do mercado, seja devido à falta de educação, capital ou oportunidades, são deixados para trás. Assim, a pobreza e a exclusão social se tornam características persistentes do sistema, mantendo uma

lógica de exclusão inerente. Essa inclusão e exclusão coexistem: enquanto uma minoria da população se beneficia do sistema, a maioria é marginalizada e incapaz de acessar os mesmos benefícios. Essa dualidade fortalece a ideia de que a exclusão social não é um subproduto do capitalismo, mas sim uma de suas características estruturais.

O paradoxo entre exclusão social e inclusão social é um tema que provoca reflexões profundas sobre como as dinâmicas sociais operam, muitas vezes de maneira contraditória. A inclusão social é geralmente vista como um objetivo positivo, que busca integrar os sujeitos ditos marginalizados à sociedade, garantindo-lhes acesso a direitos, oportunidades e recursos. No entanto, os processos de inclusão podem, paradoxalmente, gerar exclusão. Um dos principais aspectos desse paradoxo é que, na tentativa de incluir um determinado grupo social, pode-se acabar reforçando estigmas e estereótipos. Por exemplo, políticas afirmativas podem ser implementadas para elevar grupos historicamente excluídos, mas, ao fazê-lo, essas políticas podem inadvertidamente perpetuar a ideia de que esses grupos são "diferentes" ou "menos capazes", levando a uma nova forma de exclusão, embora de uma perspectiva inclusiva. Outro ponto importante é a forma como as narrativas de inclusão são construídas. Muitas vezes, elas podem se tornar ferramentas para manter estruturas de poder existentes, ao invés de promover uma verdadeira equidade. Os discursos de inclusão podem servir como uma fachada que oculta a persistência de desigualdades sociais, já que a inclusão é frequentemente restrita àqueles que se conformam com as normas e valores predominantes da sociedade. Portanto, para entender plenamente o paradoxo entre exclusão e inclusão, é crucial estar dentro desses processos. Ou seja, Há uma artimanha na produção dos comportamentos atinentes aos processos excludentes/includentes.

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

(Sawaia, Bader, Artimanhas da Exclusão, pág. 9, 2001.)

A exclusão social, na lógica do capital, está no âmbito do como sendo comum porque quando nos debruçamos para compreender o desenvolvimento capitalista observamos que os processos ditos “excludentes” na verdade não excluem porque a pobreza e a desigualdade são inerentes a esse sistema. O capitalismo só se desenvolve a partir da exploração, nos quais a produção da riqueza cresce na mesma medida que cresce a pobreza. Ou seja, o desenvolvimento do capital é desigual e combinado. Por isso abordar o discurso da exclusão é desmistificar desnaturalizar esse processo, apontando as desigualdades como parte fundamental do desenvolvimento capitalista compondo sua lógica. Besighini e Cardoso Macedo (2023) apontam que é vital e imprescindível para o capital a força de trabalho, sendo esta a responsável pela acumulação do capital e, conseqüentemente, a que cria as condições para sua própria redundância relativa, gerando miséria na mesma proporção que produz riqueza para uns; isso, assim, fundamenta a desigualdade social. Quanto maior for a riqueza coletiva que favorece uma minoria dominante, mais ativo será o capital e seu volume. Assim a grande massa - os infames são fundamentais ao processo.

Ferreira Lobo (2023) aborda as existências ignóbeis, aquelas vidas sombrias que, assim como muitas outras, foram perdidas sem deixar vestígios – sem reconhecimento, sem conquistas memoráveis, sem qualquer indício de origem, apenas a desgraça de vidas sem brilho para a história, que se esvanecem dos registros, pois ninguém as vê como dignas de destaque. Assim, se encontram apenas algumas almas imersas em uma massa de muitas outras, igualmente infelizes e sem importância, ou seja os infames tão quanto necessários a lógica excludente em um ideário de que serão incluídos. Assim necessita-se de políticas públicas para a promoção de ascensão social desses infames – o pobre. A pobreza é a base da clientela das instituições públicas pelas quais eu passei, sendo a precariedade a principal característica dessas instituições, tanto nos recursos humanos como nas estruturas físicas, pois constituem-se para os ditos “excluídos” – os infames.

As políticas públicas nessa lógica do capitalismo são implementadas, partindo da premissa de incluir os excluídos, mas mantendo as tensões entre inclusão e exclusão social, pois o capitalismo é, em sua essência, um sistema que opera em um contexto de desigualdade social. Portanto, a exclusão social e a pobreza são inerentes ao sistema capitalista. Esse sistema fomenta a inclusão, institucionalizando a exclusão

social, revelando uma lógica que é tanto exigente quanto profundamente desigual ao qual proponho pensar por dois pontos de inconsistência : a arborívera e a rizomática.

Na lógica arbórea as instituições se personificam, interligadas ao sistema capitalista e aos modos de produtividade deste. Por exemplo, os sujeitos que usam as instituições públicas estão bem quando não apresentam questionamentos aos modos de funcionamento desses lugares. Em muitos momentos , o bem-visto é aquele que consegue se adequar aos modos de funcionamento proposto, como por exemplo o usuário da policlínica Dom Walmor , ao qual trabalho atualmente , que não apresenta nenhuma indagação quando é enquadrado, independente da especialidade, a um único modelo de atendimento - o médico, que costuma nessa policlínica agendar o retorno do usuário para daqui a um ou dois meses. Pensar pelo viés arbóreo, significa constituir as ações de forma rígida , no sentido de atuar em uma composição padrão para uma clientela que se registra nessas instituições que executam as políticas públicas orquestradas pelo capitalismo – o pobre . Assim , o pensamento arbóreo é extremamente útil para a manutenção dessas relações que engrenam o sistema capitalista.

A árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento. Com efeito, se considera o conjunto galhos-raízes, o tronco desempenha o papel de *segmento oposto* para um dos subconjuntos percorridos de baixo para cima: um tal segmento será um "dipolo de ligação", diferentemente dos "dipolos-unidades" que formam os raios que emana de um único centro. Mas as próprias ligações podem proliferar como no sistema radícula, permanecendo no Um-Dois e nas multiplicidades só fingidas. As regenerações, as reproduções, os retornos, as hidras e as medusas não nos fazem também sair disto. Os sistemas arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam centros de significância e de subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas. Acontece que os modelos correspondentes são tais que um elemento só recebe suas informações de uma unidade superior e uma atribuição subjetiva de ligações preestabelecidas. (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs vol. 1. São Paulo: Ed, v. 34, p. 47, 1997. p. 25.)

O modelo arbóreo está comprometido com a lógica da reprodução. O pensamento arbóreo é como fotografasse na ordem de um registro determinado cenário já existente e que a partir disso começaria a eleger ou isolar o que se tem intenção de reproduzir, evidentemente com a ajuda de meios artificiais. O rizoma é transformado em raízes e

radículas e agora está organizado, estabilizado, neutralizando as multiplicidades e as subjetivações. O arbóreo estruturalizou o rizoma, agora só passa a reproduzir ele mesmo. Portanto o desenvolvimento arbóreo é aquele que busca neutralizar as múltiplas formas locais de desenvolvimento a partir de um modelo exterior elaborado. Deleuze e Guattari falam do predomínio hegemônico de certa “ cultura arborescente” no pensamento ocidental “ moderno”. Assim sendo, o pensamento arbóreo faz uso de modelos que funcionam a partir da lógica da reprodução visando neutralizar as multiplicidades a partir de eixos centrais pré-definidos, tendo uma estrutura hierárquica de geração e distribuição das relações conforme os canais pré-estabelecidos no modelo.

Nesse contexto, as kartografias dessas instituições desses quatro municípios do estado do Rio de Janeiro estariam capturadas, ou seja, já seriam árvores com raízes profundas – em uma lógica de funcionar a partir do arbóreo, do caule e galhos que beberam em fontes atreladas a um percurso histórico engendrados pela inquisição e constituição do sistema capitalista no apogeu do positivismo¹.

Foucault (2009) cita:

O inquérito que aparece no século XII em consequência desta transformação nas estruturas políticas e nas relações de poder reorganizou inteiramente (ou em sua volta se reorganizaram) todas as práticas judiciárias da Idade Média, da época clássica e até da época moderna. De maneira mais geral, este inquérito judiciário se difundiu em muitos outros domínios de práticas – sociais, econômicas – e em muitos domínios do saber. Foi a partir desses inquéritos judiciários conduzidos pelos procuradores do rei que, a partir do século XIII, se difundiu uma série de procedimentos de inquéritos (FOUCAULT, 1999, p. 74).

Essas instituições arbóreas reconstituem e reproduzem a inquisição praticada na idade média. Ou seja, uma verdade de modos de produção impostos pela elite, como por exemplo, o apenado que precisa estar em condições de convívio em sociedade, o adolescente que não pode se deparar com conflitos incondizentes com a lei, as crianças e os adolescentes regidos por um estatuto que prevê todas as ações que podem ser submetidas a elas, fiscalizadas por um conselheiro tutelar. Além disso, aquela família que necessita estar adestrada, em consonância com os preceitos sociais, para não ter sua

¹ O positivismo foi desenvolvido pelo pensador francês Auguste Comte . É uma corrente filosófica que surgiu na Europa no século XIX e defende que o conhecimento científico é o único verdadeiro. (Positivismo – História Enem – Educa Mais Brasil , 2019.)

criança ou adolescente abrigada/acolhida e o “portador de transtornos mentais” que tem um tratamento, muitas vezes, associado a um ajustamento com as produções subjetivas de massa sem possibilidades inventivas acerca do seu funcionamento peculiar. Cabe mencionar que os rizomas não deixam de se originar, pois os agenciamentos² diversos vão acontecendo com variáveis de desterritorialização². Existem galhos e árvores nos rizomas, mas inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma. Não importa o quanto o arbóreo esteja relacionado ao autoritarismo e a hierarquia. Nunca se deixa de originar linhas de fuga² e desterritorialização por toda a parte, dando origem a filamentos rizomáticos que percorrem toda a sociedade. Essas linhas de fuga rizomáticas são novamente capturadas e ordenadas mais à frente conforme um modelo árvore, dando origem a um processo de reprodução.

Assim, seria possível pensar as políticas públicas executadas por essas instituições por um viés das conexões múltiplas em detrimento dessas que beiram à perversidade ?

Quero fugir
Do que me prende ao ser
Ao ter -que-ser
Do dever
Desejo o devir
Des (fazendo) meu destino
Que nem desenho de menino
Meninando a vida
Destruir toda a certeza do mim-mesmo
Acontecer como possibilidade
Inédita
Singularizar em ato
Inventar milhares de existências
Fazer delas resistências
Ao que me aprisionar
A aceitar vida que supostamente
Me foi dada
Do dado, do fato, do feito
Eu cuspo fora do prato
Dispensar tuas explicações
Des-Penso estas meras
Interpretações
Voo nômade
Vou-me
Quero fugir
Encontrar o caos na ponta dos pés
Perde3r bússolas morais

2 Os dispositivos ou agenciamentos produtivos-desejantes são capazes de desestruturar os territórios desta superfície propiciando desterritorializações e linhas de fugas. Sempre a serviço da produção, do desejo, da vida, do novo e gera o que se denomina linhas de fuga do desejo. (DELEUZE GILLES, GUATTARI FELIX, O anti Édipo, 2014).

Afirmar a afirmação da pluralidade
Fazer do si-mesmo, multiplicidade
Repetir, repetir até ficar diferente
Diferir, diferir até devir – diferença
Explodir a VERDADE – prisão
Fazer caber o mundo no sorriso
Perigante na in Tensão de furacanear
A cada instante mora um eternizar
(Poema publicado na página do facebook esquizografias)

A esquizoanálise procura pensar a subjetividade pelo viés de múltiplas linhas de existência que através da experimentação pode produzir o novo. Ela não aceita o binário, a dualidade como norteadores dos processos subjetivos. O acontecer esquizoanalítico é corroborado em sua potência revolucionária e criadora. A esquizoanálise para alguns é uma parte da teoria, no entanto é o que inspira. É impossível escolher uma parte. Não se tem nada que se possa excluir – tudo tem que ser transitado, tudo é motivo de inspiração.

Para Deleuze e Guattari (2014, p.16), as máquinas binárias, com regra binária ou regime associativo; sempre uma máquina acoplada a outra. A síntese produtiva, a produção de produção, tem uma forma conectiva: “e”, “e depois” ... É que há sempre uma máquina produtora de um fluxo, e uma outra que lhe está conectada, operando um corte, uma extração, a série binária é linear em todas as direções. Os esquizoemas⁴ podem se tornar qualquer coisa – não interessa o que ele não é. O rizomático é o que o sujeito fabrica.

Todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz arte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito — tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas. Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos sempre à espera de cristalização. Sim, a grama é também rizoma. O bom o mau são somente o produto de uma seleção ativa e temporária a ser recomeçada. (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs vol. 1. São Paulo: Ed, v. 34, p. 47, 1997. p. 17.)

4 Os esquizoemas são unidades semióticas compostas de signos que se combinam de forma não linear, descontínua e não hierárquica. Os esquizoemas rompem com as estruturas tradicionais da linguagem e da comunicação, permitindo uma produção de significado mais fluida e aberta. Os esquizoemas são vistos como ferramentas para explorar novas possibilidades de pensamento e expressão para além das limitações da linguagem convencional. (DELEUZE GILLES, GUATTARI FELIX, Mil Platôs 2022).

O ato de pensar pela lógica rizomática significa legitimar que a sociedade é um rizoma de instituições. Esta é uma reguladora das normas, sendo imanente a sociedade. Estamos sendo atrelados a padrões de comportamentos. A produção se dá sempre fora e na contramão do instituído.

Ao resultado da ação instituinte denomina-se instituído. Quando este efeito foi produzido pela primeira vez, diz -se que se fundou uma instituição. O instituído cumpre um papel histórico importante porque vigora para ordenar as atividades sociais essenciais para a vida coletiva. Para que os instituídos sejam eficientes, devem permanecer abertos às transformações com que o instituinte acompanha o devir social. Contudo, o instituído tem uma tendência a permanecer estático e imutável, conservando de júri estados já transformados de facto e tornando-se assim resistente e conservador. (BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.p. 177)

A infiltração é possível em qualquer situação de hierarquia. É importante pensar com o princípio da indeterminação, com críticas a representações, pois teoria nenhuma representa nada.

Não tem como negar o instituído. Todo processo de institucionalização se inicia com o fluxo do instituinte . O instituído precisa ser permanente transversalizado por esse fluxo instituinte. É fundamental kartografar o que se movimenta no dia a dia . As políticas públicas não irão dar conta. Toda demanda é produzida, modelada a partir de uma especialidade. Por isso é crucial a análise da demanda, é necessário repensar o processo dentro de uma autoanálise.

As multiplicidades podem ser consideradas desdobramentos possíveis nos entrelaçamentos rígidos institucionais. As máquinas que não param de engrenar, as máquinas que são carregadas por um desejo. Um desejo imanente.

Segundo Deleuze e Guattari (2005, p.61):

O desejo não para de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, flui e corta. “ Amo tudo o que flui, mesmo o fluxo menstrual que arrasta os ovos não fecundados...”, diz Miller no seu cântico do desejo. Bolsa de águas e cálculos do rim; fluxo de cabelo, fluxo de baba, fluxo de esperma, de merda ou de urina produzidos por objetos parciais, constantemente cortados por

outros objetos parciais que, por sua vez, produzem outros fluxos também recortados por outros objetos parciais. Todo “objeto” supõe a continuidade de um fluxo, e todo fluxo supõe a fragmentação do objeto. Sem dúvida, cada máquina – órgão interpreta o mundo inteiro segundo seu próprio fluxo, segundo a energia que flui dela: o olho interpreta tudo em termos de ver – o falar, o ouvir, o cagar, o foder.....Mas sempre uma conexão se estabelece com outra máquina, numa transversal em que a primeira corta o fluxo da outra ou “vê” seu fluxo ser cortado pela outra.

A ideia é causar o caos, inquietações e fomentar o criativo. Incide na potencialização da transversalidade, ou seja, contatos em todas as direções. É a transformação das instituições em um local cheio de vitalidade. Contudo, as relações de poder estão sempre presentes, por isso a análise institucional é proeminente. Trata-se de um modo de vida e antes de tudo uma implicação política. Não há neutralidade, estamos sempre implicados em uma demanda de sujeição. A análise institucional não abdica do conflito, ela trabalha nele. O instituído e o instituinte caminham juntos, pois disso depende a história. A análise institucional mexe em todos os níveis. A vida é cheia de acontecimentos.

Pensar rizomaticamente acerca das interseções institucionais significa não ter um ou dois olhares, mas muitos olhares conectados. A produtividade move-se pelo desejo, nas coisas do cotidiano. Sempre na perspectiva das potencialidades de cada sujeito, ou seja sem um limite de onde se pode chegar. Trata-se de um rompimento com o binário, de uma produção maquinica que envolve processos inventivos o tempo todo, na medida em que sempre algo do instituído escapa – constitui-se o rizoma. Não se tem uma consistência, na medida em que pode mudar a qualquer momento, o que gera uma inconsistência com o arbóreo imbricado pelas formas rígidas.

O arbóreo e o rizoma estabelecem uma lógica ao qual são inerentes entre si, ou seja, ambos são necessários. Eles estão entrelaçados, engrenando os modos de funcionamento das instituições que desembocam em processos sociais excludentes/includentes, que diz de um sujeito que vai se reproduzindo, inserido nesses processos que são regidos por essas inconsistências que há entre o arbóreo e o rizoma, sendo a tônica que movimenta o funcionamento maquinico institucional. Assim, há uma reprodução/produção desse sujeito nesse jogo de forças que compõe o maquinico, ao qual a exclusão está incluída. Ou seja, a engrenagem é essa. Assim, é pela perspectiva dessas inerências entre o arbóreo e o rizomático que se compõe as kartografias por interseções entre as políticas públicas de saúde, assistência e segurança, sendo este o campo problemático dessa pesquisa. As Kartografias dizem respeito a algumas narrativas que se repetem em diferentes contextos

no dia a dia desses sujeitos nessas instituições , nos quais estão em voga os processos sociais excludentes/includentes e as possibilidades desses sujeitos estarem neles a partir de um diálogo com a esquizoanálise e o esquizodrama.

3º Ato

As interseções por Kartografias :

A Chegada no Presídio Nelson Hungria e o ato de um acontecer revolucionário – o beijo na boca “das internas” – trilhas pelo cárcere .

No ano de 1999 eu estava cursando o sexto período de psicologia, época que iniciei o meu primeiro estágio. Era uma manhã cinzenta, quando cheguei no extinto complexo prisional Frei Caneca – Centro RJ. Estava acompanhado de uma amiga que tinha praticamente visto todo o processo para entrarmos no DESIPE – Departamento do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro atual SEAP – Secretaria Estadual de Administração Penitenciária. Como se tratava de um Departamento, na época estava localizado na Secretaria de Educação, o que era um pouco contraditório face a lógica punitivista que imperava no sistema prisional, ou seja, de educação não tinha nada.

A psicóloga que nos recebeu estava esbaforida, tensa, mencionando que teria uma CTC – Comissão Técnica de Classificação. Essa comissão era composta por psicólogo, assistente social, psiquiatra, chefe de segurança, vice-diretor e presidida pelo diretor da unidade prisional. Era como se fosse uma espécie de um tribunal de exceção que iria julgar uma possível falta disciplinar praticada pela “interna”. Eram chamadas de “internas” as mulheres que estavam em privação de liberdade. A falta disciplinar em questão dizia respeito ao fato de a apenada ter degustado biscoito de chocolate recheado no interior da cela, algo que não era permitido, uma vez que tinham os horários pré-estabelecidos para as refeições serem feitas no refeitório somente. O que a comissão decidiria era se a “interna” iria responder por qual tipo de infração que poderia ser leve, média ou grave e por óbvio de acordo com o entendimento a pena poderia determinar até o isolamento na solitária. Eu e minha amiga perplexos com a cena que estávamos presenciando, pois era uma verdadeira guerra, um jogo de forças. De um lado a psicóloga defendendo a apenada sugerindo a absolvição argumentando que por mais que tivesse comido fora do espaço permitido não era algo a ser considerado como uma falta

disciplinar, afinal que mal tinha de comer um biscoito no interior da cela, no que estaria comprometendo a dinâmica da unidade? Por outro lado, tinham os argumentos dos agentes de segurança que colocavam que se não houvesse punição eles perderiam o respeito das presas, comprometendo a ordem, o controle e a segurança. Todas essas discussões em um clima de muita tensão, que a psicóloga em vários momentos precisava gritar para que seus argumentos pudessem circular, se fazerem presentes ali. Os gritos vinham do lado dos agentes de segurança também.

A minha amiga disse que não queria mais estar naquele espaço, que infelizmente tínhamos caído nas mãos de uma “louca” da psicologia. Até então nunca tínhamos visto qualquer atuação de psicólogas (os). A ideia que tínhamos era somente a da faculdade que preconizava uma prática clínica de consultório tradicional em um viés psicanalítico. Achávamos que íamos propiciar terapia para as apenadas.

Uma loucura de psicóloga no bom sentido que trouxe para mim um monte de indagações que fez com que eu imaginasse um emaranhado de possibilidades de atuações de um psicólogo que não somente a clínica psicanalítica. A CTC da apenada não teve desfecho naquele dia e como eu tinha dias específicos e horário reduzido não presenciei a conclusão daquele fato, contudo, a psicóloga depois me disse que a “interna” havia sido classificada em uma falta média e que isso acarretaria mais tempo para que ela tivesse direito ao tal exame criminológico⁵ para concessão de benefício de progressão de pena, ou seja, passar de um regime fechado para o regime semiaberto. A psicóloga sinalizou também que a intervenção teria sido importante porque talvez a falta fosse considerada grave. A lógica da psicóloga era pautada nos direitos humanos.

O Nelson Hungria, na época, fazia parte de um complexo prisional situado na Estácio – Centro da cidade do Rio de Janeiro. Era uma unidade feminina de regime fechado com trezentas internas aproximadamente. Essas mulheres ficavam o tempo todo, com exceção para banho de sol e aquelas que trabalhavam, trancadas na cela. A maioria esperando a sentença por envolvimento com o tráfico de drogas por intermédio do companheiro. Praticamente todas negras de diversas tonalidades de origem das periferias do estado. Como o Nelson Hungria era um presídio, não tinha estrutura para ofertar atividades,

⁵ O exame criminológico é uma avaliação técnica que analisa a personalidade e o comportamento de pessoas envolvidas em processos judiciais. É uma avaliação multidisciplinar que inclui exames médicos, psicológicos, psiquiátricos e estudo social. Esse exame visa diagnosticar a personalidade criminosa, fazer prognósticos, proporcionar subsídios ao magistrado para a progressão de regime, adequar a pena às características pessoais de cada preso. (LEP – Lei de Execução Penal, 2003).

deixando as internas em extrema ociosidade, que evidentemente para além do próprio aprisionamento fragilizava mais ainda o emocional daquelas mulheres. Cabe mencionar que existem diferenças entre presídio e penitenciária. O primeiro é quando a pessoa teoricamente não foi condenada, ou seja, está aguardando a sentença definitiva. A segunda é quando saiu o transitado e julgado (sentença final) e dará continuidade ao cumprimento da pena. Não é atoa que lá na penitenciária as pessoas são chamadas de presos permanentes. Assim, na penitenciária é comum terem uma arquitetura gigantesca, inclusive com instalações de fábricas, como por exemplo, de tecelagens e indústrias de materiais recicláveis. Já o presídio é bem menor e não possui nada disso e por conta da superlotação abrigava as presas também condenadas.

A psicologia procurava desenvolver ações que de alguma forma movimentasse o corpo daquelas mulheres. É importante frisar que por corpo incluem-se o anímico, considerando-se as produções subjetivas. A psicóloga fomentava a produção de um jornal que se chamava “Mente Livre”. A ideia era que as apenadas por via das diversas linguagens literárias pudessem expressar os seus sentimentos e principalmente pudessem se movimentar. Toda a produção do jornal ocorria quando as internas estavam nos atendimentos da psicologia. Os atendimentos da equipe técnica no sistema prisional dependiam de um determinado número de senhas que eram passadas para os agentes de segurança, sendo esses que conduziam as mulheres a sala da psicologia. Era respeitado o momento em que as mulheres estavam no interior da sala. Desse modo, fui vendo que a psicologia atuava em uma diversidade de fluxos em movimentos constantes, que não somente pela via da clínica da palavra exclusivamente para a produção de efeitos terapêuticos individuais, mas nas vertentes que estão para o coletivo. Cada dia, no presídio Nelson Hungria era permeado por um jogo de forças, de poder e as mínimas coisas tinham muita importância.

No meu segundo dia de estágio, no Nelson Hungria, presenciei uma cena que ficaria registrada para sempre e que influenciou significativamente nas minhas atuações futuras como profissional. Lá estava eu, na sala da psicologia, para mais um dia de observação. Como de rotina a “faxina” do setor (apenada que trabalhava em troca de diminuição da pena) preparava o cafezinho e depois pegava as senhas que seriam distribuídas aos agentes para o atendimento psicológico. Esses atendimentos poderiam ser individuais ou grupais. Por grupo compreende-se mais de uma pessoa. A maioria desses atendimentos tinham como finalidade a confecção do exame criminológico. Entretanto, em um determinado momento entraram duas apenadas na sala e de forma muito respeitosa

beijaram-se na boca e se abraçaram. Essa cena durou aproximadamente um minuto e meio. Posteriormente, ambas pediram para retornar para a cela. Elas falaram que nada tinham a dizer naquele momento a psicóloga. Segundo relato da psicóloga, elas passaram a se relacionar no Nelson Hungria, pois ambas eram de realidades completamente distintas. Uma oriunda da zona periférica do Rio de Janeiro, a outra cumprindo pena por tráfico de drogas internacional, sendo o país de origem Angola. Elas não ficavam na mesma cela, pois existia uma destinada às estrangeiras. Provavelmente estabeleceram contato no momento das refeições ou no banho de sol. Essa cena do beijo não se repetiu mais nos quase um ano que permaneci nesse estágio. Um minuto e meio que fez com que desembocasse em mim o interesse por outros fazeres que a psicologia poderia ser que não aquela que só intervém por meio da palavra, mas em atos.

Dois mulheres de realidades antagônicas que se conectaram a priori pelo eixo de terem se envolvido no crime, cada uma com suas histórias. Uma delas contava que havia passado muitas dificuldades na infância, tendo sido oferecida pelos próprios pais ao seu companheiro (envolvido no tráfico) aos treze anos. Aos 27 anos já tinha uns cinco ou seis filhos aproximadamente. Tratava-se de uma mulher negra da periferia carioca que no decorrer dos tempos envolveu-se no tráfico de drogas via comprometimento do companheiro com esta prática. A outra era uma Angolana, mulher negra, que nutria o sonho de ser uma modelo internacional de aproximadamente uns 20 anos sem filhos, estando em privação de liberdade por ter se envolvido no tráfico internacional de drogas ilícitas. Vale salientar que, na maioria das vezes, as presas não recebiam visita, pois a maioria dos seus companheiros estavam também em privação de liberdade.

A cada dia no Nelson Hungria o serviço de psicologia estava envolvido com diversos agenciamentos que poderiam desembocar em um beijo entre as “internas” em um acontecer revolucionário. Revolucionário sim, principalmente, por estarmos em uma instituição que na sua essência captura os afetos e muitos outros como o fomento de um pensar que escapasse do aprisionamento do corpo físico e pudesse libertar o anímico, não somente pelas produções do jornal “mente livre” e atendimentos que as conectassem, mas sobretudo por desdobramentos ao próprio estar naquele lugar, sempre procurando construir em conjunto com elas atividades que alavancassem tudo isso. Assim, tínhamos alguns coletivos que aconteciam no limitado espaço da sala da psicologia, que já permitam a mim a possibilidade de poder sonhar com outras formas de atuação.

Sonho
Pés flutuando em brilho patético.
Eu mesma,
também eu danço
livre do peso
no escuro, no imenso.
Espaços Cerrados de eras passadas
distâncias trilhadas
solidões dissipadas
começam a dançar, a dançar.
Eu mesma,
também eu danço.
Irônica e destemida
de nada esquecida
eu conheço o imenso
eu conheço o peso
eu danço, e danço
em brilho irônico.
(*Arendt, Hannah, também eu danço,*
Belo Horizonte, MG , Relicário, 2023)

Acerca das atuações da psicologia , Camuri (2012) kartografa alguns desassossegos dos psicólogos que culminam nas tentativas de outras práticas psi que não sejam as capturas que o tal exame criminológico propicia. Para isso ela analisa criticamente as práticas da psicologia no sistema jurídico-penal brasileiro, investigando como o saber psicológico, influenciado por outras áreas, é utilizado para o controle social e a normalização de indivíduos, especialmente em instituições como prisões e hospitais de custódia. O estudo explora como o direito e a psicologia se entrelaçam, por vezes reforçando mecanismos de repressão e desigualdade. A autora, baseando-se em entrevistas, observações e análise de documentos, propõe uma reflexão ética e política sobre o papel do psicólogo nesse contexto, defendendo abordagens que promovam a liberdade e a singularização, tendo como proposta uma procura por alternativas para uma atuação mais ética e engajada, inspiradas em ideias abolicionistas e na filosofia da diferença.⁶

Assim, em 2005, já com os pressupostos de atuações psi pela filosofia da diferença , comecei a atuar como psicólogo no sistema prisional carioca. Inicialmente na então casa de custódia Cotrin Neto, no município de Japeri. Dois meses depois, em uma permuta com outra psicóloga fui lotado na unidade semiaberta Benjamin de Moraes Filho. Lá a equipe técnica ficava localizada em um espaço muito próximo do destinado ao coletivo

⁶ A filosofia da diferença critica a ideia de que o conhecimento é uma mera representação do real, enfatizando que o real é produzido pela diferença e que o pensamento deve se abrir para o que é diferente , o inesperado e singular. (DELEUZE, GILLES. Diferença e Repetição, 1968).

dos presos, o que proporcionava um convívio intenso com eles. Os que circulavam todo o tempo nas nossas dependências eram os generais do comando vermelho e o presidente e vice-presidente da cadeia daquela população carcerária. No lugar, além dos setores de psicologia e serviço social funcionava a enfermaria. Eles eram responsáveis por praticamente tudo ali. Desde a manutenção do espaço a organização dos atendimentos. Conforme de práxis, cada setor tinha o seu faxina.

A rotina de trabalho era intensa, pois era alta o volume de exame criminológico. Em média eram realizadas por dia umas dezoito a vinte entrevistas com essa finalidade. A entrevista era a técnica mais utilizada para a confecção deste exame. Apesar de não parar entrevistando os apenados, tinha algo que ocorria ali, naquele convívio, que permitia que os generais falassem de si não somente pela trajetória na vida do crime, mas também das suas outras trajetórias, de outros circuitos. Muitas outras coisas apareceram e dentre essas o gosto gastronômico deles por camarão. Foi o meu desassossego em relação ao exame criminológico que me permitiu escutar essa preferência deles pelo crustáceo.

“ Mas, apesar de todos os paradoxos e contradições presentes nesse campo, alguns desses “desassossegados” nos mostraram que nem todos ali queriam ser apenas “ profissionais da disciplina, da normalidade e da sujeição” (FOUCAULT, 1987, p. 245). “ (Camuri, 2012).

Camuri enfatiza, que apesar de um esvaziamento de outras práticas psi diferentes do exame criminológico, ou seja, com muitas dificuldades, elas ocorrem:

“ Tive a oportunidade de estar em várias unidades prisionais com psicólogos que praticavam algum tipo de trabalho em grupo com os detentos. Algum tempo depois encontrei com um deles em um evento. Ele me contou que seu projeto com biblioteca/ leitura no presídio estava prejudicado por um problema ocorrido em sua unidade, quando um detento, ao sentir-se perseguido por membros do grupo, delatou-o para a diretoria com a alegação de que este havia denunciado os

agentes penitenciários aos órgãos competentes por praticarem agressões e torturas. ”

(Camuri, 2012).

Logo, Camuri (2012) enfatiza que as práticas "psi" podem produzir subjetividades que contribuem para o controle social, mas também podem possibilitar processos de singularização e liberdade, desde que guiadas por um paradigma ético-estético-político, sendo de suma importância estar atento para a criminalização da pobreza.

Desta forma, eu e a assistente social tínhamos o desejo de realizar outros trabalhos que pudessem contribuir para o vislumbre de outros modos de funcionamento daquelas pessoas. A assistente social fez a proposta de realizar um almoço, cujo prato seria o camarão. Algo que foi encampado por mim. Fizemos uma enquete de como eles queriam o camarão, tendo sido escolhido o estrogonofe. Na época, a comida era terceirizada, sendo fornecida em forma de quentinhas. Esses alimentos, caso o “preso” quisesse, eram reinventados no interior da cadeia – o chamado “melhorado”. O “melhorado” era feito por um determinado apenado que tivesse habilidades culinárias. Desse jeito, nós combinamos com esse “cozinheiro” que preparasse o estrogonofe de camarão. A ideia era de almoçarmos no próprio espaço em que ambos os setores funcionavam. Nós juntamos as mesas dos atendimentos da psicologia e do serviço social, improvisando uma de almoço. Foi um dia atípico naquele contexto maçante de exames criminológicos. Eles conversaram muitas outras coisas, exibindo sentimentos de felicidade de estarem ali degustando aquele prato. Equipe técnica e a sua clientela na mesma mesa comendo a mesma coisa, a palavra circulou carregada de afetos. Por óbvio, que vários protocolos foram quebrados naquele dia. Dessas muitas outras coisas conversadas, um deles contou-nos que aquele momento estava fazendo – o lembrar da época de sua adolescência, quando saía junto com seu pai e avô para pescar camarões. Ele nos disse que morava em um município da região dos lagos – RJ que era abundante o crustáceo. Que o pescado garantia o sustento da família e que aquele momento da pesca também era a oportunidade de ouvir as histórias dos seus antepassados, considerava um encontro de gerações mesmo. Ele nos contou isso com muita emoção. Outro compartilhou conosco um pouco da sua visão acerca das suas práticas delituosas, pois para ele o que fazia era algo análogo a um trabalho. Inclusive, ele tinha horário de expediente e tudo. Às cinco da manhã acordava, a sua companheira já tinha impecavelmente deixado seu terno alinhado. Ele, cuidadosamente colocava o seu terno, se despedia da sua família e ia para as joalherias já

estritamente escolhidas roubar as joias, tudo com horário previamente já definido. E no escopo já tinha também a priori a entrega das mercadorias. Por trás daquelas práticas, existia todo um enquadramento desejante nos moldes de qualquer trabalhador atuante no sistema capitalista. E mais outras conversas foram acontecendo no decorrer daquele almoço que não estavam no repertório da rotina prisional.

Poder ter realizado esse almoço significou muito para mim enquanto psicólogo, pois mesmo que por uns instantes estava conseguindo tangenciar o imposto – a confecção dos exames criminológicos. A rotina, no Benjamin, consistia em abrir a sala da psicologia, receber as senhas, organizá-las com a ajuda do “faxina”. Posteriormente, o “faxina” trazia um ventilador e preparava o café. A partir daí eram chamados um por um os internos para a entrevista. Eu não tinha computador, então os exames eram realizados com escrita manual sempre com uma caneta azul. Era algo massificado que me tomava os três dias de trabalho por semana. Algo de uma repetição, ao qual a psicologia já tinha perguntas prontas para fazer na entrevista. Perguntas essas que procuravam buscar um nexo de causalidade entre a história familiar e a condição social como fatores para o envolvimento na vida do crime. Além disso, tinham indagações sobre o futuro deles que visavam respostas de adequação a um certo padrão social, como por exemplo, um trabalho no mercado formal e um possível retorno aos estudos. Ou seja, o dia a dia no cárcere, na maioria das vezes, era o mais do mesmo. Por isso, conseguir realizar um almoço regado a camarão com os apenados em que a palavra circulava, evidenciando os afetos que tangenciavam essa rotina, era algo que nós potencializávamos, uma vez que as intervenções partiam a partir dos processos de singularização de cada um. Naquele momento do almoço não estava diante de mim o nomeado criminoso e sim uma pessoa com seus afetos como qualquer outra. Isso era caro para mim. Esse almoço, propiciou me pensar na importância de atuações que visassem considerar o acontecer das pequenas coisas, Ou seja, um viés micropolítico⁷. Depois do Benjamin de Moraes Filho, ainda atuei em outras unidades prisionais.

Em dezembro de 2013, o contrato temporário com a SEAP chegou ao fim não sendo renovado, o que implicou na minha saída definitiva do sistema penitenciário.

⁷ A micropolítica envolve a análise das relações de poder que se manifestam nas interações diárias e nos processos de tomada de decisão dentro de organizações e grupos sociais. É um campo de estudo que considera como os indivíduos e pequenos grupos exercem poder e a influência nas esferas sociais e políticas, muitas vezes desafiando ou reafirmando estruturas mais amplas de domínio. (FOUCAULT, Michel. "Microfísica do Poder". São Paulo: Editora Vozes, 1979).

A implantação dos núcleos de saúde mental do DEGASE e a lei em conflito com os adolescentes - O encontro com conselheiro Justos do samba da Gamboa.

Em 2008, fui convidado por uma parceria do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (Nepad) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) a atuar numa clínica para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com uso abusivo de álcool e outras drogas. Era algo atípico, pois não estava nos parâmetros do DEGASE manter essa clínica própria. Esse dispositivo ficava situado na Ilha do Governador como boa parte das unidades. Além de psicólogos, tínhamos na equipe assistente social, terapeuta ocupacional, enfermeiro, técnico de enfermagem, farmacêutico e psiquiatra. O diretor era um agente socioeducativo com formação em psicologia.

Os adolescentes da clínica chegavam com determinação judicial para estarem lá. Em regra, na audiência eles haviam relatado histórico de envolvimento com o uso de substâncias, seja etílica ou psicotrópicas. Era desse jeito que iam para a clínica, que era uma internação em saúde mental e não a internação de medida socioeducativa. Muitos jovens preferiam essa sentença, o que implicava neles mentirem ao juiz. Alguns adolescentes nunca tinham feito uso de drogas. Era uma forma de subversão do sistema, pois não iam para uma unidade comum e sim para a clínica. O fato deles quererem ir para o tratamento de drogas se dava porque sabiam que teriam um tratamento pautado pelo cuidado, diferente da lógica punitivista que vigorava nas unidades.

Quando esses adolescentes chegavam, a equipe não comunicava imediatamente a justiça acerca dos que não eram usuário de drogas. Procurava-se oferecer escuta, de modo a uma melhor compreensão, dando ênfase às produções subjetivas. Como foi o caso de uma adolescente que nos disse ter mentido porque não conseguiria ficar na unidade comum devido aos preconceitos que já tinha sofrido por ser uma trans. Era obrigada a compartilhar tudo com os outros meninos, inclusive, o banheiro coletivo, o que para ela era muito constrangedor, fora o bullying que sofria constantemente. Tratava-se de uma adolescente trans reincidente no DEGASE. Tinha sido apreendida por furtar peças de lingerie nas lojas americanas.

Os adolescentes nessa condição ficavam por um tempo, contudo, como eram solicitados relatórios da justiça não era possível omitir o não uso e isso também era comunicado ao adolescente. A lógica do tratamento oficialmente era pautada pela

abstinência, mas oficiosamente procurávamos seguir a da redução de danos. Eram 15 vagas no total, na clínica, e estavam sempre preenchidas. Os jovens gostavam porque mesmo tendo agentes socioeducativos, o contato maior era com a equipe técnica que procurava juntamente com eles, com os poucos recursos, construir uma rotina de atividades que os agradassem e pudesse ser um espaço bom para se estar. Mas era difícil manter esse cuidado porque faltava tudo na clínica e a insulabridade do local era intensa a tal ponto de encher de água nas chuvas e não ter como permanecer no local. Nas chuvas, íamos para uma casa que funcionava como um espaço de atendimento as famílias aos finais de semana. Era um espaço inapropriado para se ficar de forma permanente.

Por todos esses problemas, o que no início era visto pela gestão do DEGASE como uma solução para os adolescentes passou a ser um incômodo, um verdadeiro calcanhar de aquiles. O fechamento do CITUAD – Centro Integrado de Tratamento para Usuários Adolescentes de Álcool e outras Drogas estava com os dias contados, o que acabou acontecendo em meio ao convênio com o Nepad. Assim, a equipe técnica do CITUAD foi desmontada e distribuída para as unidades de internação provisória, dando início aos núcleos de saúde mental do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro.

A partir dessa proposta, o DEGASE estabeleceu convênio com uma clínica situada no bairro de Campo Grande – CREDEQ – Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos. Este centro tinha como premissa fundamental a abstinência total de drogas e preconizava o uso da religião evangélica, somente esta, como favorável ao tratamento. A função dos núcleos de saúde mental era a de avaliar por meio de relatórios a justiça se o adolescente estava indicado ao tratamento na modalidade de internação ou na ambulatorial. O jovem com indicação de internação ia para o CREDEQ, já com indicação para o ambulatório caberia ao núcleo de saúde mental a articulação com o CAPSi condizente com o território do adolescente para que este pudesse ter acesso aos serviços de saúde mental infanto juvenil. Também era função do núcleo a sensibilização dos adolescentes ao tratamento. Este setor de saúde mental era composto por dois psicólogos e dois assistentes sociais e o psiquiatra ficava como volante pelas unidades. Os demais profissionais do CITUAD foram compor os ambulatórios de saúde dessas instituições. Neste momento, as equipes técnicas do sistema socioeducativo passaram a se dividir entre aquelas que ficavam na execução das medidas socioeducativas e as que eram da saúde mental com esse recorte do uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Os adolescentes, por sua vez, ao serem entrevistados no núcleo pediam com veemência para não irem para o CREDEQ e muitos passaram a mentir em juízo no tocante ao

histórico com o uso de drogas, mas dessa vez com revés contrário, a de que não faziam uso das substâncias.

No antigo IPS – Instituto Padre Severino atual Dom Bosco , unidade de internação provisória , os adolescentes eram identificados através de números, logo quando chegavam eram postos de frente para a parede e suas blusas eram distribuídas com um número estampado nela. A partir daí os jovens eram chamados por esse número. Com muitas dificuldades o núcleo de saúde mental tentava se dirigir aos jovens pelos seus nomes. Mas muitas vezes isso não era possível porque já chegava à identificação pelo número, isso ocorria principalmente quando se tratava do primeiro contato. Apesar de o núcleo ter uma característica bem específica, os adolescentes procuravam os profissionais para atendimentos diversos , não somente os que usavam drogas. Os meninos sabiam que os psicólogos e assistentes sociais da execução da medida estavam ali para produzirem relatórios para subsidiar o juiz referente às sentenças, logo tinham ressalvas a serem atendidos por essa equipe. Já no núcleo, os jovens sabiam que este não estava associado ao rito processual no que tange à medida socioeducativa. O núcleo era visto inclusive tanto pelos meninos como pelos agentes como um local de tratamento, mesmo que por estes de forma equivocada.

Nesse contexto, uma certa vez fui chamado a direção do IPS. Os agentes socioeducativos queriam que eu atendesse um jovem com orientação sexual discrepante da heteronormatividade com o intuito de reversão, ou seja, queriam que o psicólogo promovesse a “ cura gay ”. Segundo eles, o jovem estaria causando muitos transtornos aos plantões por ter uma conduta “ afeminada ” em um ambiente regido pelo viés masculino. Eles diziam que era difícil manejar o jovem e que se ele fosse “ convertido” a heterossexualidade os problemas do coletivo estariam resolvidos. A questão não estava nem em um possível sofrimento psíquico do adolescente e sim em manter o coletivo na disciplina. Foi um episódio de difícil manejo porque os agentes praticamente colocavam suas demandas sem pensar em uma resposta negativa. A frustração deles poderia significar uma perseguição constante. Foi necessário lançar mão da resolução 01/99 – CFP , Conselho Federal de Psicologia⁸ para subsidiar a resposta de que não seria possível fazer o tal atendimento. Mesmo assim , foi um manejo bastante difícil. Os agentes , muitas vezes, levavam o jovem para atendimento no núcleo insistentemente . Quando isso

8 A resolução CFP 001/99 estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Art. 3º Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. (Resolução CFP 001/99 de 22 de março de 1999).

ocorria, eu e a assistente social deixávamos o jovem a vontade para falar o que quisesse. Em um determinado momento, o adolescente disse que sentia medo do gato preto que andava pelas dependências do Padre. Esse gato preto era uma espécie de lenda urbana, como fosse uma assombração. O menino trazia essas coisas e nunca qualquer incômodo no que fosse referente à sua orientação sexual.

Outra situação que requeria sempre intervenção do núcleo era especificamente a fala de um agente socioeducativo, que exercia função administrativa. Toda vez, que íamos despachar um relatório, ele falava rindo que estava sendo entregue a estorinha da “sementinha do mal” que aquilo não era um colégio e sim um presídio, no qual todos os meninos eram “bandidos”. No decorrer, dos quatro anos, essa fala era proferida repetidamente e da mesma forma era lhe dito que se tratava de meninos apenas.

Assim, Badaró e Britto (2021) nos convidam a pensar em uma psicologia libertária na socioeducação. Essa linha de pensamento se fundamenta em princípios da psicologia que enfatiza a importância do sujeito ativo na construção de seu conhecimento e de seu futuro. Por isso foi fundamental, mesmo que repetidamente, pontuar para o agente que se tratava de meninos apenas. Meninos comuns, produtores de seus próprios desejos. A psicologia libertária tem como premissas o reconhecimento dos sujeitos pensarem criticamente e, por conseguinte, tomarem suas próprias decisões, viado aos sujeitos tornarem-se protagonistas da sua trajetória.

“ Na socioeducação, um campo de atuação ainda incipiente para a psicologia, há que se pensar sobre o fazer psicológico no que tange à relação institucional e à produção de documentos psicológicos. Nosso entendimento é que esta prática se vincula à compreensão dos processos de institucionalização da produção de sofrimento psíquico, do encarceramento de subjetividades e da violação de direitos, ainda que as/os adolescentes estejam cumprindo a medida em meio aberto. Daí a necessidade de se pensar uma Psicologia libertária no sentido do não aprisionamento das práticas e dos sujeitos, incluindo o profissional que pode entrar no processo de institucionalização de seu saber e de seu fazer.” (Badaró e Britto, 2021).

Assim, esses mesmos meninos regidos pelas suas produções desejantes circulavam por outras instituições como o conselho tutelar, contrariando a lógica do DEGASE que

contabilizava as suas movimentações de adolescentes pelo quantitativo de infrações , ou seja, a cada novo ato infracional era atribuído como uma nova ocupação de um menino no DEGASE, porém , muitas vezes era o mesmo menino , algo que se repetia no espaço socioeducativo, mas também em outros lugares como o conselho tutelar. Isso era bastante curioso porque essa medição fazia com que se acreditasse que o número de adolescentes envolvidos com atos infracionais era muito grande no estado do Rio de Janeiro, contudo, muitas vezes tratava-se do mesmo menino que estava no DEGASE ou no conselho tutelar para cumprir a medida, **seja socioeducativa ou protetiva**. No ano de 2012, comecei a me envolver com concursos públicos e para ter mais tempo para os estudos optei por me desligar do projeto NEPAD/DEGASE.

Em 2014, fui atuar no conselho tutelar no centro da cidade do Rio de Janeiro, situado na Gamboa, bairro conhecido, principalmente, pelas rodas de samba. Era comum, no trajeto , passar por várias dessas rodas. O imóvel - sede do conselho, é tombado pelo patrimônio histórico nacional. Assim é um pouco o bairro, uma mistura de um desenho do Rio antigo atravessado por uma geografia que constitui as favelas em um emaranhado de arquiteturas futurísticas como o museu do amanhã.

O psicólogo no conselho tutelar atua como assessor técnico. É aquele que irá subsidiar tecnicamente o conselheiro nas suas conduções profissionais. Conforme preconiza o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o conselheiro é alguém da comunidade eleito pelos membros desta, sendo geralmente líderes comunitários, podendo ser pessoas com escolaridade de nível superior ou não. Mas não é esse ,o da escolaridade, o principal fator da necessidade da assessoria técnica e sim as demandas que emergem no dia a dia do conselho que exigem endereçamentos a profissionais de psicologia e serviço social. Por essa razão a equipe técnica se compõe por essas áreas de formação. A atuação da assessoria técnica baliza-se pelas articulações com a rede que compõe o sistema de garantia de direitos, como por exemplo, serviços de saúde mental como o CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infância Juvenil, escolas, serviços da assistência social, serviços que fomentam o acesso ao esporte cultura e lazer , serviços que atendam aos variados tipos de violência infanto juvenil , dentre outros.

Na época, os psicólogos absorvidos pela prefeitura do Rio eram contratados por diversas ongs – organizações não governamentais, por um salário muito baixo para atuarem em uma jornada semanal de quarenta horas, o que inviabilizava o envolvimento do psicólogo em outras atividades, seja de trabalho para complementar a renda ou de estudo. Após um mês de trabalho , a prefeitura exigiu de mim essa configuração de

trabalho, algo que me neguei de imediato. Além de mim tinham na equipe técnica uma psicóloga concursada e duas assistentes sociais também aprovadas em certame público. É nesse cenário que o conselheiro Justos se aproxima mais de mim, entrando literalmente em cena. Justos fez uma reunião com os outros quatro conselheiros argumentando que eu era tanto psi como a outra que tinha que perfazer uma carga horária de 32 horas oficialmente, porém na prática as técnicas iam três dias. Ele chegou a bancar que faria sozinho um ofício para a prefeitura comunicando a paridade dos técnicos no que diz respeito à carga horária. Esse movimento contagiou toda a instituição, que de certo modo me blindou junto a prefeitura, que nada pode fazer para mudar algo nesse aspecto. Dessa forma, segui trabalhando no conselho tutelar do centro do Rio.

Justos, homem simples, da comunidade da Gamboa com atuação significativa em projetos sociais. Por conta disso, ganhou notoriedade, o que acabou contribuindo para que viesse a ser eleito para o conselho tutelar. Justos, flamenguista e das rodas de samba tinha como uma de suas habilidades principais um fazer elástico muito em função por conta da ginga da favela. O que estou nomeando como um fazer elástico concerne a uma elasticidade que se finda a processos inventivos, de modo a buscar muitas saídas para fazer acontecer algo. É diferente de um “jeitinho” que se associa a uma espécie de gatilho para fazer a mesmice. Era por esse viés as atuações de Justos, que procurava com bastante destreza se utilizar do carisma que tinha na comunidade para propiciar as propostas de cuidado que as crianças e os adolescentes necessitavam. Por muitas vezes, atendi em conjunto, simultaneamente, crianças, adolescentes e adultos com Justos – algo impensável na rotina daquele conselho.

Em um desses casos atendidos em conjunto que envolvia uma possível prática de bullying na escola sofrida por um discente ao invés de atender o clamor social que se direcionava para a criminalização do suposto agressor - outro aluno - procuramos uma compreensão mais abrangente, intervindo no suposto agressor com um entendimento que a violência poderia estar acoplada em um contexto macro, ou seja, este aluno também seria uma provável vítima de violências. Assim, fizemos atendimentos ao adolescente acusado de perpetrar o bullying, o que acabou se confirmando, pois tratava-se de um jovem que estava inserido em um complexo cenário de violência intrafamiliar. Foram gerados vários encaminhamentos para este jovem nas políticas públicas para acompanhamento deste pela rede de cuidados e proteção. Entretanto, tal atuação causou muita controvérsia e revolta, tanto dentro do conselho como pelos assistidos, seja na figura da família que pleiteava a punição do jovem, seja na figura institucional- Os

dirigentes da escola. Tal intervenção só foi possível por estar a frente um conselheiro – o Justos, homem do samba, da ginga estética, ética e política da Gamboa. Infelizmente, muitas vezes, não se tem um conselheiro Justos do samba e nessa situação descrita o menino que praticou o bullying acaba sendo penalizado, podendo lhe ser imposto uma medida socioeducativa sem um olhar mais ampliado que possa analisar os contextos no que se refere aos dois lados, tanto do suposto menino agressor como do menino vítima de bullying. Dessa forma, os meninos acabam fazendo um bate volta entre o conselho tutelar e o DEGASE como fosse um sistema que se retroalimenta, que se repete por processos sociais excludentes/includentes. Em 2016, com a saída do colegiado de conselheiros, fui desligado do conselho tutelar.

O CAPSi Monteiro Lobato e o Abrigo Ayrton Senna - a potência do encontro

Em 2015, eu tinha participado de um processo seletivo simplificado - contratação temporária, realizado pela saúde mental do município de Niterói/RJ, um dos vários processos, em diversas áreas, que fiz na minha trajetória profissional. Quando fui chamado, uma semana depois de ter sido desligado do conselho tutelar, não lembrava que se tratava da saúde mental. Na Secretaria de saúde, duas pessoas perguntaram se eu gostava de crianças, eu respondi que sim. Fui lotado no CAPSi Monteiro Lobato.

O Centro de Atenção Psicossocial Infância Juvenil Monteiro Lobato é um dispositivo de saúde mental para a infância e adolescência situado no município de Niterói no estado do Rio de Janeiro. O espaço físico, na época, consistia em uma casa de dois andares e um quintal ao entorno dela. Na parte inferior da casa tinha um salão logo na entrada, por onde, na maioria das vezes, os usuários entravam e em algumas ocasiões os familiares permaneciam, o lugar também era utilizado para o que se nomeava como sendo uma assembleia de pais. Ainda no interior tinha uma antessala, um banheiro, um quarto e a cozinha. Esta antessala era muito utilizada pelas crianças e adolescentes em situação de rua. O quarto era utilizado como enfermaria. Na parte superior da casa tinha um salão bem amplo onde ocorriam diversas reuniões, ações de grupos, atendimentos individuais, oficina de cinema e outras atividades. Colado com esse salão tinha um pequeno espaço onde funcionava a farmácia, mas também era utilizado para atendimento médico, individuais e pequenas reuniões. Ainda tinham três banheiros, sendo um no quarto suíte ocupado pela coordenação e quatro quartos, dos quais dois aconteciam atendimentos, um

era chamado de “sala de equipe” e o outro ocupado pelo brechó. Além disso, tinha uma espécie de “puxadinho” que era ocupado por outros dispositivos de saúde mental da infância e adolescência e da assistência social, a ERIJAD – Equipe de Referência Infanto Juvenil, para ações de atenção a usuários de álcool e outras drogas e UAI – Unidade de Acolhimento Infantil.

A antessala que era usada pelas crianças e adolescentes “em situação de rua”, quando eles se encontravam nela era isolada, fosse pelas portas fechadas, fosse pelos funcionários da UAI e CAPSi que também contribuía para que o lugar fosse demarcado, fazendo um cordão humano que não permitia que os meninos saíssem daquele espaço. Desta forma, eles não costumavam circular pelos outros espaços, principalmente, quando os pais dos outros usuários se encontravam no salão e os turnos (atendimentos coletivos) aconteciam com as crianças no quintal da casa. Era como não fosse possível tais interações. Na dita assembleia de pais era falado por eles que não queriam seus filhos misturados com os “meninos de rua” e os próprios profissionais também aderiam a essa ideia. Ou seja, um funcionamento maquínico, no qual os chamados excluídos, nesse engodo, fazem parte desses processos sociais incluídos/excluídos. Nascimento (2016) nos sinaliza que em uma versão moderna liberal de cidadania, a inclusão por decretos de ordem jurídica se estrutura, dando direitos aos desiguais que os deixam potencialmente iguais, contudo, nos chama a atenção do quanto isso é uma armadilha:

“Em sua versão moderna liberal a cidadania supõe inclusão, tendo um fundamento base conflituosa: se estrutura entre desiguais que por decreto jurídico tornam-se potencialmente iguais. Como expressão política, funciona a partir de um poder de Estado capaz de impor aos homens um conjunto de leis civis universais, e é através dessas leis que podem se igualar. Serviços desiguais para sujeitos tratados desigualmente numa proposta de iguais: eis a armadilha da igualdade de direitos. Trata-se de um paradigma baseado em uma moralidade de direitos. A justiça, enquanto instância reguladora da igualdade prevista nas leis, tem trazido, no contemporâneo, algumas discussões nesse campo através do que vem se instituindo como justiça distributiva. Tal proposta pensa as desigualdades através do paradigma da equidade, que reconhece que os indivíduos são diferentes entre si e, portanto, merecem tratamento diferenciado que elimine ou reduza a desigualdade.” (NASCIMENTO, Livia, Proteção e Negligência –

Nascimento (2016) afirma que a concepção de cidadania está afeita a um humano padrão, um homem macho, branco, adulto, ocidental, heterossexual, civilizado, normalizado, enfim, de que existe um enrijecimento de uma figura tradicional do que é um homem moralizado. De certa forma os usuários do CAPSi vão se entrelaçando por um funcionamento de um ideário de tratamento como ponto de “cura” buscar essa figura desse homem moralizado e por vários momentos não se percebendo que esse lugar praticamente será inatingível, não se reconhecendo como grupos minoritários, fazendo movimentações no CAPSi para não compartilharem os espaços e as propostas de atendimento com os meninos em situação de rua.

Assim, era impossível pensar em uma oficina de cinema “dos chamados meninos de rua” misturado com outros usuários. Esses outros boicotavam essa iniciativa não comparecendo as sessões, o que acabava se tendo era uma oficina de cinema dos “chamados meninos de rua” infelizmente. Em um CAPSi os dispositivos clínicos emergem a partir dos desejos dos usuários. Tinha um menino que toda segunda feira mexia em uma caixa com uns cds (DVD) e com muito ímpeto discorria sobre os títulos. Foi assim, que surgiu as segundas feiras, a oficina de cinema como um dispositivo clínico. Eu trouxe um aparelho de DVD de casa que não estava em uso e a assistente social tinha conseguido a doação de uma televisão de 32 polegadas de led das Casas Bahia. Assim, tínhamos os equipamentos para iniciar a oficina. A ideia era que todos os usuários que tivessem a indicação clínica pudessem participar, entretanto, isso nunca se concretizou. Rapidamente, os outros “meninos em situação de rua” aderiram a oficina e na medida que iam sugerindo os filmes, esses eram adquiridos em uma feira livre “DVD’S piratas”, pois os recursos que advinham das vendas das roupas do brechó não permitiam a aquisição de DVD’S originais. A Secretaria de Saúde Municipal de Niterói não contribuiu com um centavo sequer para a realização da oficina. Era exclusivamente, uma iniciativa de alguns técnicos de saúde mental do dispositivo.

Nas oficinas, os meninos, em algumas sessões, pediam a palavra quando uma cena os afetava, como uma vez na exibição do filme Cidade de Deus em que o protagonista assassinava todas as pessoas que estavam em um motel, tendo sido falado por eles de como perderam seus entes queridos em operações policiais na favela, da mesma forma

que um deles classificou com a palavra barbárie. Também , ocorria no final das sessões, quando coletivamente trocavam as afecções de várias cenas de determinada obra. As segundas feiras, das 14 h às 17h era certo a presença dos meninos que compareciam em bom número para a exibição dos filmes. A maioria dos técnicos não queriam compor a oficina. Ficava comigo e uma outra psicóloga somente. Cabe mencionar que em um CAPSi , o conceito de coletivo é caro e o que se propõe como coletivo abrange tanto os usuários como os técnicos de saúde mental.

Sucedeu-se que as segundas , os meninos foram ficando cada vez mais presente no espaço do CAPSi, pois passaram a chegar antes das 14h para tomarem banho e almoçar e muitas vezes dormir um pouco, ou seja, muitas vezes ficavam o dia todo lá. As mães dos outros usuários ficaram enfurecidas, exigindo da direção providências no sentido dos seus filhos não ter convívio com “os meninos em situação de rua ”. Foi neste contexto que a direção determinou um horário reduzido de comparecimento dos meninos – as quintas feiras das 9h às 12h , um horário exclusivo para eles em que não estaria nenhum outro usuário. Eu e a outra psicóloga nos negamos a dar essa ciência aos meninos, o que acabou sendo feito pela própria direção. Aparentemente os meninos aceitaram e por algumas quintas frequentaram o espaço sem questionamentos.

Até que em uma segunda feira , quando ocorria um turno coletivo pela manhã , para mais de uns cinquenta “meninos em situação de rua ” pularam o muro e adentraram o espaço do CAPSi com gritos coletivos de que aquele espaço também eram deles – “ tá tudo dominado , o CAPSi é nosso”. Eram muitos e não tinha como colocá-los para fora . Ocuparam a cozinha , a sala de equipe e por conta própria um grupo foi assistir um filme. Mesmo eles terem falado que não cometeriam qualquer violência contra técnicos e usuários, tiveram alguns profissionais que se deitaram no chão e diziam que eram reféns, sendo que isso não saiu da boca de nenhum menino. Houve inclusive , por parte de alguns trabalhadores de saúde , a ideia de acionar as forças de segurança e isso só não aconteceu porque a direção da época não autorizou. Por outro lado, outros técnicos de saúde mental tiveram a iniciativa de receber os meninos com proposições de atividades como oficinas terapêuticas. O movimento habitual das oficinas de cinema , alguns profissionais procuraram desempenhar , tentando que os meninos pudessem fazer reflexões por meio das alusões do que se estava assistindo. O filme era “Rambo - programado para matar”, naquele momento as afecções eram externalizadas por meio da raiva. Alguns meninos conseguiram falar que era necessário destruir todo o CAPSi para poder ser construído um outro em que eles pudessem estar na hora que lhes dessem na teia – exatamente dessa

forma. O tempo foi passando e os técnicos que estavam deitados no chão lá permaneceram e os que ofereciam acolhimento aos meninos também assim o fizeram. Os turnos com as crianças e adolescentes programados para o dia não ocorreram porque os responsáveis desses se retiraram no momento da entrada dos meninos “em situação de rua.” Por volta das 17h, horário que costumavam deixar o espaço, por conta própria os meninos foram embora. Este acontecimento fez com que uma frequência estática dos meninos caíra por terra e novamente eles tinham a prerrogativa de irem ao CAPSi quando eles quisessem. Como eram revolucionários esses meninos! . Ainda, em 2012, quando atuei no acolhimento institucional, já me deparava com muitas histórias similares a desses meninos que circulavam pelo CAPSi, o que me possibilitou, a partir desses encontros potentes, promover intervenções considerando as interseções entre um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) e uma instituição de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Ou seja, ter trabalhado antes no abrigo foi fundamental para poder compor o meu fazer no CAPSi junto aos meninos em situação de rua, pois conseguia ter um olhar acerca daqueles meninos não somente pelo viés da rede de atenção psicossocial, mas também a partir das suas passagens pelo acolhimento institucional. Tanto o CAPSi como o abrigo se constituem com equipes multidisciplinares que incluem profissionais de diferentes áreas, como psicologia, assistência social, pedagogia e saúde. A colaboração entre o CAPSi e a instituição de acolhimento é essencial e necessária para se trabalhar em rede com outras instituições, como escolas, serviços de saúde e com a família. Assim, na época do CAPSi Monteiro Lobato já era evidente para mim que se tratava dos mesmos meninos, os que eram do CAPSi e os do abrigo. A instituição de acolhimento ao qual me refiro é o extinto abrigo Ayrton Senna.

O abrigo – “instituição de acolhimento” Ayrton Senna ficava situado no morro dos macacos no bairro de Vila Isabel, praticamente do lado da UERJ – Universidade Estadual Do Rio de Janeiro. O acesso era difícil e com os conflitos do tráfico acabava tornando o ambiente tenso, pois a qualquer momento poderia ocorrer tiroteios. Tratava-se de uma estrutura gigantesca, sendo constituído, basicamente, por casas. Tinha um salão que era destinado as atividades da equipe técnica e duas outras salas, uma funcionava a direção e outra às reuniões. No mais cada casa correspondia a determinadas faixas etárias de crianças e adolescentes abrigados. Nessa época totalizava um total de cento e vinte crianças e adolescentes. Por todas as dependências as portas, na verdade eram celas iguais as do sistema penitenciário e socioeducativo, trancas com imensos cadeados. Os

educadores sociais detinham as chaves e cada casa era aberta de acordo com a rotina do educador que estava de plantão no dia.

A equipe técnica tinha uns quinze profissionais das áreas de serviço social, psicologia, pedagogia e nutrição, sendo a maioria assistentes sociais e psicólogos. Somente os assistentes sociais eram concursados. Assim, duplas eram constituídas para o acompanhamento dos acolhidos, sempre um assistente social e um psicólogo. Por meio de instrumentos próprios o Ministério Público (MDCA – Módulo De Criança Adolescente) e a Vara da Infância e Juventude da Capital (Plano Mater) faziam a fiscalização. O módulo criança adolescente era um sistema informatizado que tinha que ser preenchido diariamente com as ações técnicas que eram realizadas com cada acolhido. Somente o técnico tinha a senha de acesso. Já o Plano Mater era uma espécie de planejamento das ações a serem desenvolvidas nos próximos seis meses, sendo também estabelecido com a participação da equipe técnica da Vara, que ia ao abrigo com frequência. O prazo de seis meses correspondia ao tempo de realização das audiências concentradas que ocorriam na própria instituição de abrigamento – “ acolhimento” , de acordo como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A mim e a uma assistente social ficou a incumbência de sermos a referência da casa cinco. Esta era composta por crianças de dois a sete anos. A época tinha umas quinze crianças aproximadamente. Infantes em extrema vulnerabilidade social com práticas diversas de violência no âmbito familiar. Assim, os familiares tinham o poder familiar destituído pelo juiz e as crianças iam para o Ayrton Senna. Uma vez no “ acolhimento” era papel primordial da equipe técnica buscar a reinserção familiar, procurando esgotar todas as possibilidades nesse aspecto para então somente ficar a disposição para uma família substituta e finalmente a adoção definitiva.

Parecia mais um dia dessa rotina descrita e ao chegar como de práxis na casa veio uma criança de sete anos , branca de cabelos longos me dando um abraço, pedindo de forma literal ajuda. Um abraço carregado de afetos/ afectações que marcaria a minha atuação profissional para sempre. Em pouco tempo, essa criança estava de forma significativa vinculada afetivamente a mim. A sua história de uma maneira geral era similar a de muitas outras crianças dali, pois tinha como ingredientes a ruptura total dos cuidados que uma infante precisa, uma vez que o envolvimento severo da sua avó materna, a que ficava com ela , com o uso de substância etílica a deixava em uma condição vulnerável. Porém tinha algo que era incomum das demais crianças : os laços de afetividade com essa avó estavam preservados, ou seja, fortalecidos.

Tratava-se de uma criança que esbanjava alegria e muita energia correndo pelos corredores do abrigo cativando com extrema facilidade a àqueles que estavam ao seu redor. Em uma dessas corridas esbarrou com um casal de engenheiros que estavam à procura de uma criança para adotar. Foi amor à primeira vista, pois ela adotou esse casal desde o início. Os postulantes à adoção passaram a visita - la constantemente no abrigo. Cabe citar que esse casal, anteriormente , passou por todo um protocolo estabelecido pela vara da infância com entrevistas e participação em grupos.

A cada visita desse casal os vínculos iam se constituindo de uma forma muito forte, porém os vínculos da criança com a avó permaneciam preservados. A criança, no decorrer do tempo, passou a dizer espontaneamente que queria sair daquele abrigo para a casa do casal que vinha lhe visitando , bem como continuar vendo a sua avó. Desta maneira um impasse estava formado, pois o instituto da adoção desistiu a família de origem e a que adota ocupa automaticamente esse lugar de acordo com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

O relatório da equipe técnica aponta o como a criança estar na instituição de “ acolhimento institucional ” – abrigo. Trata-se de documento solicitado pelo juiz com a finalidade de subsidiar a sua decisão. Na situação da criança em questão , foi sinalizado com destaque a fala com veemência da criança. Contudo, a decisão judicial saiu favorável a adoção pelo casal, o que deixou a infante em estado de êxtase. O que ninguém imaginava, tampouco eu, é que o casal e avó já haviam estabelecido um acordo entre eles. O trato seria que a avó não perderia o contato com a neta, tendo isso sido dito a própria infante. Era como ambas soubessem que não era possível permanecerem coabitando juntas e com a avó na responsabilidade dos cuidados, mas que era possível a criança estar com outra família sem perder o vínculo e a participação da avó em sua vida. E com esse combinado a criança foi adotada, como uma espécie de **pacto clandestino**. Assim, CAPSi e abrigo estão imbricados pelas premissas das crianças e adolescentes que atendem. Pensar nas intervenções nesses locais só fazem sentido para mim por meio do encontro, ou seja , só foi possível fazer a oficina de cinema porque tinha um menino interessado em assistir filmes, só foi possível o pacto clandestino que envolveu a adoção da criança pelas interações entre a criança , o casal e a avó configurando-se um funcionamento familiar não previsto em nenhuma legislação. Em suma , as intervenções ocorreram pela potência do encontro.

Em 23 de Dezembro de 2019, fui chamado pelos dois assessores de uma outra direção diferente da que quando eu entrei , pois era muito rotativo este cargo no CAPSi, no qual

me comunicaram que o meu contrato não seria renovado sem nenhum motivo evidente. Encerrou-se assim a minha passagem pelo CAPSi Monteiro Lobato. No início de 2020, uma atipicidade que assola toda a humanidade – a pandemia do coronavírus.

CAPSi Dom Adriano Hipólito e Creas Maricá - a aliança peripatética .

No ano de 2020, pela primeira vez, não estava em nenhuma instituição pública. Tratava-se de um momento pandêmico e o isolamento para todos era de cunho obrigatório. A frase mais proferida era : fique em casa. E assim foi, um ano inteiro que passei com muita tristeza dentro de casa, sem fazer o que mais gosto que é estar atuando nas políticas públicas. O ano mais sombrio de toda a minha trajetória profissional. Em 2021, ainda em um cenário pandêmico, mas com abertura social relativa , sou nomeado na Prefeitura de Nova Iguaçu, meu primeiro vínculo estatutário. No dia 7 de abril de 2021, ao me apresentar na Secretaria Municipal de Saúde do município de Nova Iguaçu sem qualquer indagação acerca das minhas experiências profissionais anteriores, de uma forma impositiva , sou lotado no CAPSi Dom Adriano Hipólito, situado em uma região nobre deste município.

Ainda era a pandemia de coronavírus e por conta disso o trabalho no CAPSi organizava-se presencialmente , cada técnico de saúde mental, uma vez por semana e uma reunião com toda a equipe , às quartas feiras, no formato remoto. Às quintas feiras, eu fazia a composição dos turnos com uma psicóloga e uma fisioterapeuta. Esses turnos eram o que o dispositivo de saúde mental nomeava como as “permanências”. As “ permanências” eram compostas por aproximadamente dez crianças da mesma faixa etária e a maioria com o mesmo Cid que ficavam em um salão juntas por aproximadamente 30 minutos a cada 15 dias. Normalmente, tinham crianças mais do sexo masculino do que do feminino nos grupos de dez, o que não significava mais meninos do que meninas atendidos no geral as quintas feiras e sim como eram distribuídos nos grupos. Neste salão as crianças ficavam soltas “ para fazerem o que quisessem ”. Tinham alguns estímulos, como por exemplo, uma casa de brinquedo , que havia sido doada pela creche que funciona ao lado. Ainda tatames com brinquedos ,em cima, diversos, também oriundos de doações da mesma creche e almofadas em formatos de figuras geométricas. E às vezes, colocávamos músicas infantis em uma caixa pequena de som adquirida pela equipe. Por uma perspectiva de organizar os grupos a partir do Cid findava-se um enrijecimento, mas por outro lado, pensando no sujeito e nas produções subjetivas imanentes em cada um era possível pensar

no diferente que detém o mesmo Cid mas que não os define em uma hermenêutica de múltiplos devires crianças que emergiam do permanecer naquele salão – “ a permanência”.

Entretanto, a prática de um CAPSi não é somente proferir coletivos no interior do seu espaço físico, muito pelo contrário, enquanto dispositivo de saúde mental substitutivo ao manicômio , a sua atuação é prioritariamente no território. Inseridos em um CAPSi, devemos sempre nos atentar aos processos de capturas que nos coloca em um escopo manicomial no sentido deste nos habitar. É de extrema importância nutrir o sentimento de um CAPSi desprovido de paredes, mas provido de fazeres na vida de toda a comunidade em que está inserido – o coletivo é o território vivo, o coletivo é o CAPSi.

Assim, por mais que propusesse uma atuação pautando-se nas linhas de fuga nas permanências , o estar permanentemente no CAPSi era algo do insuportável. Mas, o ano de 2021, foi estando nas permanências com a fisioterapeuta e a psicóloga somente. O restante da equipe só nos víamos nas reuniões online e como a maioria não ligava a câmera , a voz deles era pela qual nos conhecíamos. Presencialmente, no ano de 2021, trabalhava de máscara assim como os meus pares, ou seja , não víamos o rosto do outro.

Em 2022, a carga horária habitual passou a ser exigida e gradativamente a abertura social foi se expandindo, na medida em que as pessoas iam se vacinando e os números de infectados pela COVID iam caindo. Até o ponto , no CAPSi, a equipe passar a atuar sem a máscara. Neste momento, a frequência das crianças e dos adolescentes aumentaram, porém a prática estratificada das permanências continuava – era algo tão instituído que tinha uma plaquinha na porta do salão com o nome permanência. Por obséquio que isso era um desencadeador de incômodos para alguns técnicos, justamente os da zona boêmia. A alusão a boemia ocorre a uma referência da alegria, da boniteza, dos devires amorosos do jeitinho ímpar de cada um da boemia atuar em dobras/dobradiças que se calcam por paixões alegres. Sim ! a zona boêmia é que no dia a dia foi externalizando o incômodo do permanecer. Vale salientar que os boêmios têm algo de meio nômade já na boniteza do olhar, logo estão um dia ali outro aqui e ,por conseguinte, em vários locais sem um ponto fixo porque cada local é hora da hora de um acontecer , de muita bagunça carregada de afetos. Com todas essas características os técnicos boêmios não aceitaram por muito tempo estarem permanecidos dentro de um salão todos os dias no CAPSi. Uma aliança, nesse coletivo boêmio , os técnicos de saúde mental, foi estabelecida – A aliança peripatética.

O termo "peripatético" refere-se à prática de caminhar , muitas vezes em um ambiente externo, podendo trazer uma sensação de movimento físico que se reflete no movimento interno do usuário do CAPSi, facilitando a expressão de pensamentos e emoções. O ato de caminhar pode proporcionar uma sensação de liberdade e expansão, permitindo uma maior conexão com a natureza e com o próprio corpo. Assim, a clínica peripatética proposta por Lancetti é uma forma de praticar as terapêuticas , utilizando -se do movimento e a natureza como elementos terapêuticos que podem contribuir para processos de transmutações.

A prática do acompanhamento terapêutico consiste em transitar pela cidade com pacientes psicóticos ou com alterações psíquicas graves. Os objetivos que se buscam , nesses empreendimentos, são a conexão com pessoas , atividades locais, depois do colapso que o surto provoca.

(Lancetti, Antônio, Clínica Peripatética, pag. 29, 10.ed. São Paulo, 2016).

O percurso clínico pelo território geográfico e pelo território existencial com as pessoas que pretendemos ajudar imprime uma intensidade e uma vertigem à experiência que funciona como um antídoto ao corporativismo e à estreiteza dos profissionais . (Lancetti; Antônio, 2016.). Assim , não aguentávamos mais as “permanências”. Após, uma chuva que inundou todo o CAPSi, inclusive o salão que ocorriam os turnos, impossibilitaria a paralisação das atividades por um mês no mínimo. Todos nós da boemia e outros da equipe fomos tirar a lama que havia tomado o CAPSi, era um momento muito difícil porque não tínhamos como receber os nossos usuários. Ainda no salão, mesmo local das permanências, quando estávamos limpando, em um determinado momento, nos deitamos no chão, de modo que se formou um círculo e os pés de cada um tocava no outro com as pernas levantadas. Uma aliança estava se estabelecendo, a aliança das peripécias de um fazer peripatético. O CAPSi não podia parar, muitos dos usuários tinha aquele dispositivo de saúde como único suporte, não podíamos deixá-los sem o atendimento. Dessa vez , o instituído turno permanente não poderia acontecer e a boemia estava , naquele momento, livre das estratificações para propor o não parar de receber os usuários pela via do circuito do território existencial, do território vivo. Assim, não interrompemos as atividades, porém elas passaram a ocorrer ao redor do CAPSi. Próximo , tem uma praça e neste

local a boemia ia com os usuários para fazeres diversos como por exemplo, jogar futebol ou queimado ou simplesmente uma conversa livre caminhando pela praça. Essa praça passou a ser muito utilizada, mesmo depois do espaço do CAPSi está totalmente restaurado pelas chuvas. Neste ponto, já não existia com tanta intensidade os questionamentos de não receber as crianças no salão apenas, pois já se configurava no campo do instituído a realização de atividades na praça e ainda tinha o caminhar com as crianças e os adolescentes até lá que produziam muitas narrativas que revelavam os desejos delas. Além disso, a boemia começou a compor grupos com os adolescentes. Esses grupos eram basicamente rodas de conversas, intitulado de conversações. As Conversações tinham como mediadores eu e uma fisioterapeuta, todas as quintas, e essas poderiam acontecer em qualquer lugar, não necessariamente no espaço físico do CAPSi. Nessa perspectiva, estabelecemos parcerias com outros locais no território, como o restaurante da Carlota. Esse restaurante, ficava próximo ao CAPSi e eu inicialmente ia lá sozinho para almoçar. Logo de imediato, Carlota simpatizou comigo e toda vez que ia fazer a refeição sempre conversava um pouco com ela . Em pouco tempo, a boemia almoçava lá. Com essa afinidade que tínhamos com Carlota, propomos as quintas pela manhã, uma vez por mês, usarmos o restaurante dela para fazermos um rodízio de pizza com os adolescentes. Eles simplesmente adoravam. E muitas outras peripécias, a boemia fez naquele CAPSi, como por exemplo, atividades que fomentassem as manifestações contra o fascismo, por meio de cartazes, confeccionados pelos usuários e exibidos por eles nas ruas ao redor do dispositivo de saúde mental. Os adolescentes , neste dia , puderam externalizar todos os sentimentos em relação ao pré-conceito que sofrem pelos blocos sociais permeados por práticas fascistas. E muitos deles relataram o quanto aquilo estavam-lhe fazendo bem.

As peripécias fazem valer os esquizoemas ao invés do conceito fechado, nos possibilita a estar mais próximos de fazeres inventivos no CAPSI, sendo essa a legítima intervenção que se engrena pelo viés do rizoma – este que está para os esquizoemas que não são conceitos pré-concebidos. A intervenção arbórea pressupõe, normalmente, algo estabelecido como sendo uma direção. Aliás, isso , muitas vezes é muito dito em um CAPSi, principalmente, na “supervisão”, direção de trabalho é essa ou aquela. A ideia de múltiplas direções não está em evidência e tampouco de ser considerada, o que não significa que não possa ser praticada em perspectivas moleculares peripatéticas. Apostar nos esquizoemas é algo revolucionário e transformador, pois eles não se fundam como conceitos, não são estáticos e definidos, permeiam por uma

transversalidade, uma transdimensionalidade – um acontecer peripatético que se funda no imprevisível. A zona boêmia do CAPSi Adriano Hipólito se utilizava-se com maestria do que estava para os esquizoemas em uma produção de um devir daqui e outro dali, ou seja, uma criança poderia ser uma criança apenas, mas em uma multiplicidade de crianças no devir criança. Não se trata só do conceito fechado de criança, mas de muitas – dos esquizoemas. Com isso, a supervisão dar lugar a covisão. O ato de covisionar invoca muitos – o coletivo, o CAPSi. A covisão não está somente preocupada com o material clínico que é trazido e posteriormente devolvido em moldes de intervenção, mas está imbricada com a transmutação, ou seja, a covisão implica em um outro nível de implicação. Uma implicação de muitas peripécias.

Em dezembro de 2022, encerra-se, por agora, a minha passagem no CAPSi Dom Adriano Hipólito. Há alguns anos, a lógica fascista norteia a política do município de Nova Iguaçu, que nos tempos atuais, tem como representante maior o ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro. Em algum momento, do ano de 22, a direção do CAPSi é substituída por pessoas que engendram essa lógica a tal ponto de pintarem os muros do CAPSi de verde e amarelo. As práticas, neste serviço, enrijecem de tal maneira que eu peço para sair. A partir daí sou lotado na Policlínica Dom Walmor, situada no centro de Nova Iguaçu.

No ano de 2022, em fevereiro, assumi o meu segundo vínculo estatutário na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Maricá, metropolitana do Estado do Rio. O coordenador da proteção social básica, depois de eu ter percorrido algumas das minhas experiências, ofereceu-me para eu ser lotado no Creas, contudo, eu escolhi o Cras Centro Maricá – equipamento da proteção social básica – o ponto. Assim, inicialmente fui lotado neste equipamento. Em Maricá, todos os usuários que eram cadastrados no CAD único passavam pelo atendimento técnico que podia ser realizado por um assistente social ou um psicólogo. Basicamente, era essa a rotina. Após uma confusão que eu me envolvi justamente por conta desses atendimentos fui devolvido à Secretaria, permanecendo por pouco tempo no Cras Centro Maricá. Em setembro do mesmo ano chego ao Creas, ou seja, na oferta inicial do coordenador – a primeira vírgula.

Maricá é um município, que na última década, vem crescendo demograficamente de forma assustadora. A economia gira em torno dos royalties de petróleo. Entretanto, ainda em alguns aspectos conserva características de cidade pequena, bem diferente por exemplo do município de Nova Iguaçu que tem porte de uma grande metrópole.

Dessa forma, os serviços públicos em Maricá concentram-se no centro. É possível ir andando para vários equipamentos da assistência, como também para vários dispositivos da saúde. Tanto a Secretaria de Assistência Social como a Fundação Municipal de Saúde deste município, localizam-se no centro. Este é basicamente o desenho, os núcleos e os seus tentáculos situados no coração da cidade. É pertinente citar essa composição geográfica dos equipamentos/dispositivos porque é um dos fatores que culminam na execução de enes políticas municipais. Maricá é um município com um território extenso que se divide em 4 distritos. Por exemplo, geograficamente, Inoã/ 3 distrito fica bem distante do CAPS III, situado no centro, o que desemboca em uma atuação da EMAP – Equipe Multiprofissional de Atenção Psicossocial similar ao do CAPS III, sendo que este também seria para atuar no território em situações de alta complexidade de saúde mental. Muitas vezes, é o Creas – equipamento da assistência social é que acaba, se não fazendo diretamente, provocando essas indicações para o CAPS III em reuniões intersetoriais com a saúde – a segunda vírgula.

O Creas – Centro de referência especializado em assistência social, como muitos outros, fica situado no centro. É composto por três serviços: Paefi - Serviço de atendimento especializado a famílias e indivíduos, MSE – Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), Spsepcdif- Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiências, idosas e suas famílias.

Este serviço especializado (Creas) foca no atendimento as pessoas em situação de violação de direitos ou vítimas de violência, além do acompanhamento de medidas socioeducativas. Assim, tanto o Paefi como o Spsepcdif possuem o mesmo objetivo, diferenciando-se somente pelo público atendido no que concerne à faixa etária e as condições de funcionalidades dos sujeitos – os usuários.

Na maioria das vezes, a rotina do Creas está estabelecida para esses serviços (Paefi, MSE, Spsepcdif), chegando a ser quase uma espécie de ritual do quanto é repetitivo. O Paefi, em grande maioria, realiza os atendimentos que agenda e o Spsepcdif realiza, em massa, as visitas domiciliares, pois dificilmente, os idosos ou as pessoas com deficiências comparecem ao Creas. Eu, componho a equipe de proteção aos idosos e as pessoas com deficiências. Neste serviço, tem três assistentes sociais e a mesma quantidade de psicólogos que atuam com duplas fixas. A minha dupla responde pelo primeiro distrito do município.

Todos os dias, na cozinha do Creas , a maioria da equipe , seja do Paefi ou dos idosos e PCDs tomam café, logo quando chegam ao equipamento. Neste momento, acontecem conversas – “ a resenha da cozinha ”. Nessa resenha, é conversado muitos aspectos do trabalho repetitivo, mas também, mesmo que atipicamente diálogos que tangenciam essa rotina – uma outra vírgula. Em um dia desses, durante o café, foi feito um paralelo do quanto seria prazeroso uma boa cagada, depois da sensação de uma barriga pesada, e ao mesmo tempo do quanto de prazer teria uma prostituta que poderia obter sexo com quem tivesse a fim de pagar, que aquilo , o ato de se prostituir , seria uma opção e não um martírio como muitos pensam, e por conseguinte, assim como o coco que é expurgado da barriga , trazendo uma sensação libertária , a prostituta tem o livre arbítrio de cobrar o que ela quiser , tendo o sexo e o cliente que lhe provier , ou seja , libertariamente intensa, de uma forma potente. Essa resenha, especificamente, aconteceu em meio a muitas gargalhadas , com uma tonalidade de paixões alegres. Dessa forma, desvios carregados de alegria ocorrem mesmo em uma fazer tão rotineiro como o do Creas, mesmo que ocorra por um curto período em uma resenha, no café da manhã – o momento de diálogos daquelas pessoas que compõe a equipe do Creas.

Os desvios , muitas vezes sutis, emanam de um acontecer que advém da cozinha do Creas – “resenha” , do desejo libertário de uma possibilidade da diferença por mínimas fissuras/ dobradiças , mas uma que não seja demasiadamente repetitiva, na vida daqueles idosos. Logo, assim como o sentimento da prostituta livre para fazer o que quer , no dia a dia , um Creas por um fazer permeado por inclinações que se iniciam com a resenha da cozinha, engendrados em funcionamentos maquinais por uma perspectiva inventiva , que não permita que as engrenagens dos idosos e PCDs enferrujem. É neste contexto, que o serviço PCDs / Idosos , clandestinamente, se intitula como o CAPS IV – mais uma outra vírgula.

Praticamente, todos os idosos, usuários do serviço, são atravessados por modos de funcionamentos atinentes à saúde mental. O serviço tem como prerrogativa atuar no território, logo é usual intervenções, mesmo sendo um equipamento de assistência social similar ao dispositivo de atenção psicossocial, pois em muitos momentos, é conosco que o usuário conta por que não se pode esperar que os profissionais de saúde cheguem, se é que viriam. Em uma dessas andanças pelo primeiro distrito, uma idosa, na sua residência, estava passando mal e o seu companheiro, com indícios de uma produção delirante, proferia palavras de cunho religioso, acreditando que essas curariam a sua companheira. A intervenção precisou ser imediata junto ao companheiro

para que este permitisse que colocássemos a idosa no carro para levá-la para uma unidade de saúde mais próxima. Para isso, nos utilizamos da constituição do vínculo do idoso, ainda em processo de estabelecimento, com o assistente social para que este lhe dissesse que Deus nos colocou ali na missão de ajuda – lo com sua companheira e dessa forma ele aceitou que a colocássemos no carro, por óbvio, toda essa ação muito rápida. Essa idosa, foi atendida no posto de saúde, tendo o socorro que necessitava, pois estava com a taxa de glicose alta e por isso estava passando mal. No mesmo caso, o Creas atuou dentro do seu escopo, solicitando um relatório da UBS – Unidade básica de saúde, que é da área de abrangência da idosa, do acompanhamento em saúde. Além disso, posteriormente, a EMAP – Equipe Multiprofissional de Atenção Psicossocial foi acionada para pensar as estratégias de cuidado daquele casal de idosos cujo senhor encontrava-se em um quadro de produções delirantes persistentes. O Creas, neste recorte, de muitos outros, atua, em um município, com o dispositivo de saúde mental centralizado igualmente a este. Assim, a intitulação de CAPS IV se dá em um contexto como sendo mais um posterior ao III, não tendo nenhuma alusão à RAPS – Rede De Atenção Psicossocial. Não se trata genuinamente do CAPS IV, mas sim de uma atuação de um dispositivo de saúde mental, clandestinamente, incutido no Creas que se engrena desse jeito por vários fatores, mas um explicitamente norteado pela centralização do dispositivo de saúde mental, tendo tonalidades manicomialis com proposições interventivas territoriais empobrecidas – virgulas e virgulas

Curso de inglês para as “ presas ” e Policlínica Dom Walmor , processos sociais excludentes/includentes – proposições imersivas pelo decalque.

Depois de um ano, até por ser mais próximo a minha casa dei sequência ao estágio na unidade de regime semiaberto Romeiro Neto. Na época a instituição ficava próxima a ponte Rio Niterói -RJ. Era uma unidade pequena com 60 internas aproximadamente e a sua principal característica residia justamente na modalidade do regime, que permitia que as internas circulassem pelas dependências do lugar, não todas porque a área externa aos dois pavimentos elas não iam, onde ficava a parte administrativa e a sala da psicologia.

A rotina dos atendimentos ocorria igual ao Nelson Hungria, dependendo da distribuição de senhas e dos agentes de segurança. E assim como na unidade fechada o cargo chefe era o tal do exame criminológico. Diferentemente do Nelson Hungria eu não

era o único estagiário, tinham mais cinco. Dentre esses tínhamos uma que era professora de inglês e com a perspectiva que já tinha da experiência anterior fiz a sugestão que fizéssemos um grupo com as internas cujo disparador seria aulas de inglês. Isso aconteceu porque várias delas haviam demonstrado o interesse de aprender a língua. A partir disso coletamos doações na faculdade de livros didáticos, cadernos e lápis. A psicóloga tinha acordado com a diretora da unidade que iríamos utilizar o espaço que correspondia a uma espécie de galpão onde acontecia os cultos religiosos. 15 das 60 internas se inscreveram no curso.

Alguns agentes de segurança proferiram comentários depreciativos ao fato de está sendo ofertado curso de inglês para as mulheres. Foram momentos muito difíceis porque os agentes não colaboravam para que elas pudessem estar no grupo, muitas vezes não trazendo algumas e com as palavras depreciativas como por exemplo, “pra quê esse curso mulher bandida? O que você vai fazer é traficar drogas”. Isso acabava as desestimulando. O ápice aconteceu quando não tinha lápis e fui ao supermercado, que ficava em frente a unidade para comprar. Ao retornar, posteriormente já facilitando o grupo com as meninas vieram dois agentes e gritaram muito comigo porque eu teria passado pela portaria e não mostrado os lápis que eu tinha comprado no mercado. E neste momento eles encerraram o grupo recolhendo as internas. As aulas de inglês eram realizadas a partir de uma espécie de roda de conversa e evidentemente apareciam nessa roda as próprias vivências das mulheres. Isso incomodava muito os agentes de segurança que não queriam internalizar outros serviços ao setor de psicologia que não fosse conduzir as internas para as entrevistas para confecção do exame criminológico. A partir desse fato ficou praticamente impossível, no plantão desses agentes, realizar o grupo porque eles ficaram muito resistentes a colaborar com essa atividade. Aos poucos as próprias internas não vinham com o receio de alguma retaliação posterior, o que dificultava a continuidade.

Desde o início, era algo que todos do setor da psicologia tinha conhecimento que seria por um tempo pelo fato da professora de inglês ser uma estagiária e por óbvio terminando o período de estágio não teria como as aulas de inglês serem mantidas. Entretanto, nada impediria que o grupo pudesse tomar outras formas e de certo modo o maior objetivo era esse. Mas, antes mesmo de eu sair do estágio o grupo não continuou tendo justamente sido finalizado com a saída da estagiária – professora de inglês.

Ressalto que nessas Kartografias o ato de decalcar é intrínseco a todo percurso apresentado. Entretanto, muitas vezes, implicitamente. Neste momento, trilharei uma proposta imersiva pelo decalque, tendo como pano de fundo a policlínica Dom

Walmor, mas com o ideário de que se trata de um rizoma regido pelo tempo dos afetos/afecções em um emanharado multiplicatório de conexões desconectivas pelos entrelaçamentos maquinicos institucionais, que pelos processos includentes/excludentes sociais fazem com que as reproduções dos sujeitos coloquem todas as instituições aqui elencadas, em muitos momentos, como sendo uma só – Aquela que produz a exclusão social e nesse sentido elas não seriam tão diferentes entre si. E em outros como sendo muitas instituições disfarçadas a partir dos esboços legislativos – as leis, as portarias, os decretos que legitimam as políticas públicas, figuram como includentes. Mas o sujeito reproduzido por essas instituições é incluído na sociedade? Ou a inclusão opera maquinalmente pela via da exclusão ?

O processo de decalque, proposto por Deleuze e Guattari, é uma forma de representação conceitual que busca romper com a lógica da representação tradicional. Nesse sentido, ao invés de reproduzir a realidade por meio de uma cópia fiel, o decalque opera como um processo de multiplicação e diferenciação. Deleuze e Guattari defendem que o decalque não é uma simples cópia ou reprodução passiva, mas sim um ato criativo que transforma e reconfigura o que está sendo representado. Assim, o processo de decalque envolve uma série de operações que buscam capturar a multiplicidade e a complexidade do real.

Temos o direito de falar de repetição quando nos encontramos diante de elementos idênticos que têm absolutamente o mesmo conceito. Mas, desses elementos discretos, desses objetos repetidos, devemos distinguir um sujeito secreto que se repete por meio deles, verdadeiro sujeito da repetição. É preciso pensar a repetição pronominal, encontrar o Si da repetição, a singularidade naquilo que se repete, pois não há repetição sem um repetidor, nada de repetido sem alma repetidora. Da mesma maneira, mais do que distinguir o repetido e o repetidor, o objeto e o sujeito, devemos distinguir duas formas de repetição. De todo modo, a repetição é a diferença sem conceito, diferença entre objetos representados sob o mesmo conceito, caindo na indiferença do espaço e do tempo. No outro caso, a diferença é interior a ideia; ela se desenrola como puro movimento criador de um espaço e de um tempo dinâmicos que correspondem à ideia. A primeira repetição é repetição do Mesmo, que se explica pela identidade do conceito ou da representação: a segunda é a que compreende a

diferença e compreende a si mesma na alteridade da ideia, na heterogeneidade de uma “apresentação”. Uma é negativa por insuficiência do conceito, a outra, afirmativa por excesso da Ideia. (Deleuze, G, Diferença e Repetição, pág. 44 , 4 ed., 2022.)

A ideia matriz reside que por trás do processo de decalque é a de que a representação não deve ser vista como uma mera imitação da realidade, mas sim como um campo de experimentação e invenção. Dessa forma, ao decalcar algo, estamos abrindo espaço para novas possibilidades e interpretações, ampliando assim o nosso entendimento do mundo e das relações que o constituem. Na obra de Deleuze e Guattari, o processo de decalque está intimamente relacionado às noções de desterritorialização e reterritorialização. A desterritorialização refere-se ao desdobramento das estruturas fixas e hierárquicas que organizam o nosso modo de pensar e agir, permitindo a fluidez e a multiplicidade de conexões. Por outro lado, a reterritorialização consiste em criar novas formas de organização a partir das desterritorializações realizadas, estabelecendo novos territórios e conexões que promovam a emergência de novas possibilidades e configurações. No contexto do processo de decalque, a desterritorialização está presente na quebra das representações tradicionais e na abertura para novas interpretações e significados. O decalque promove a multiplicidade de perspectivas e a invenção de novas relações entre conceitos, possibilitando assim a expansão do pensamento para além das fronteiras estabelecidas. A reterritorialização, por sua vez, ocorre quando essas novas conexões e interpretações são reorganizadas em novos territórios conceituais, criando assim novas possibilidades de pensamento e ação. Dessa forma, o processo de decalque, ao mesmo tempo em que desterritorializa as representações estabelecidas, também permite a reterritorialização em novos horizontes de significado e compreensão. Um exemplo de desterritorialização pode ser observado nos esquizoemas em que habitam os rizomas . O rizoma é uma forma de organização não hierárquica e não linear, que foge aos padrões tradicionais de estruturação do conhecimento. A ideia de rizoma promove a multiplicidade de conexões, permitindo a emergência de novas relações e significados sem a rigidez dos territórios fixos. Já um exemplo de reterritorialização pode ser visto nas práticas de resistência e criação de novas formas de organização social. Deleuze e Guattari argumentam que, mesmo após desterritorializar as estruturas estabelecidas, é

necessário reterritorializar em novos territórios para criar alternativas viáveis de transformação social e cultural. Além disso, a ideia de linhas de fuga, exemplifica a desterritorialização ao desviar-se das estruturas predominantes e dos caminhos habituais, abrindo espaço para novas possibilidades e conexões inesperadas. A reterritorialização, por sua vez, ocorre quando essas linhas de fuga encontram novas formas de expressão e organização que permitam a criação de novos territórios. Fundamentalmente, utilizarei o conceito de Decalque para se discutir a estrutura institucional e o pensamento binário que as constitui, num viés de descrição de um tipo de pensamento que replica, reproduz ou imita estruturas pré-determinadas, resultando em uma limitação da criatividade e da liberdade de pensamento.

Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros? A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa, mas a vespa se reterritorializa sobre esta imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, devindo ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade. Poder-se-ia dizer que a orquídea imita a vespa cuja imagem reproduz de maneira significativa (mimese, mimetismo, fingimento etc.). (Guattari, F, Deleuze, G, Mil Platôs: Vol. 1, pág. 26, 2 ed. – 2011(4 reimpressão-2021).

Em janeiro de 2023, chego a Policlínica Dom Walmor, situada no centro da cidade. Na organização do município, o serviço de psicologia, na policlínica, localiza-se como ambulatório de saúde mental – que tem como proposta atender usuários com transtornos mentais em um contexto de baixa e média complexidade. A baixa e a média seriam usuários da alta complexidade – CAPS com indicação dessa modalidade de tratamento, que seriam avaliados pelos profissionais do CAPS, entendendo que em algum momento poderiam estar no ambulatório. Contudo, na prática, esses usuários não chegam, sendo os usuários do serviço, oriundos dos encaminhamentos dos médicos da própria policlínica, mas principalmente de igrejas ou por pessoas que conheçam profissionais que atuam lá. A inferência de políticos é explícita neste município, assim os cargos de confiança são ocupados por pessoas que trabalham para eles, muitas vezes ligadas a igreja evangélica.

A minha essência me conduz a potencialização dos coletivos e não foi diferente na policlínica. Trouxe como proposta para a direção promover a maior parte dos meus atendimentos em grupo/coletivos. Inicialmente, a diretora topou me disponibilizando uma sala grande no quarto andar. A policlínica compõe-se por um prédio alugado pela prefeitura de cinco andares, oferecendo várias especialidades médicas, fonoaudiologia, fisioterapia, odontologia, psicologia e serviço social. No primeiro andar, à parte, funciona um ambulatório especializado no transtorno do espectro autista – TEA com equipe multidisciplinar e no último andar a perícia municipal. As salas, em regra, têm mesa e maca com exceção do oftalmologista que possui equipamento próprio para essa especialidade. Dessa forma, o seu modelo arquitetônico é pensado dentro de um paradigma médico, ignorando as outras áreas, inclusive a psicologia que lá atuam.

Em duas semanas, sem dar tempo de iniciar os grupos, fui comunicado que não atenderia mais na sala do quarto andar, porque o espaço passaria a ser utilizado para uma espécie de almoxarifado, tendo sido deslocado para uma sala pequena no primeiro andar ao lado do espaço onde eram realizados os raios x. Ao me deparar com esse espaço não vi nenhuma diferença da sala que atendia quando trabalhava nas instituições penitenciárias. A mesma tonalidade azul da tinta do chão e a mesma tonalidade da tinta da parede – branco gelo com a mesma mesa e cadeiras sem janelas. Os grupos ao que me propusera a atender abarcavam todas as faixas etárias, inclusive crianças de cinco a dez anos. Não existia nada lúdico neste espaço que se aproximasse do universo infantil. Naquele momento, o estar naquela arquitetura de sala fez com que eu me sentisse como se estivesse na sala do presídio, com a mesma frieza e a lógica punitiva para aqueles que iriam utilizá-la. No presídio – os nomeados internos, na policlínica – os chamados pacientes, mas o ideário de que aquele espaço era adequado para ambas as clientelas era o mesmo, ou seja, isso serve para as pessoas que estarão ali. Inicialmente, iria estabelecer grupos de oito a dez membros, porém com o espaço reduzido comecei a fazer com quatro membros e apertando bastante com cinco. Estabeleci três grupos, um de crianças entre cinco e oito anos, outro de jovens entre quinze e vinte um anos e mais um de idosos.

Uma enfermeira conseguiu alguns brinquedos e um tapete com figuras lúdicas que foram aglutinados ao espaço. Com esses materiais eram realizados os encontros com cinco crianças quinzenalmente, pois devido a alta demanda de atendimento individual do dia desse grupo, só conseguia realizá-lo neste interstício. Já o grupo de idosos e dos jovens, por vezes, eram feitos semanalmente com muita resistência institucional, por

se acreditar que o atendimento psicológico enquanto terapia só é possível individualmente a partir do modelo médico desde a logística do espaço até ao formulário que condizia com os registros do prontuário que não contém a palavra psicólogo e sim médico. Ou seja, a policlínica como um todo, aboríveramente está arraigada em um escopo médico. Isso significa, que a psicologia irá atender dentro desses pressupostos com mesa, cadeira e paciente por vez, não tendo, inclusive cadeira para um familiar, algo fundamental por exemplo para acomodação nos atendimentos às crianças e adolescentes, que em alguns momentos é necessário a participação da família.

Esses grupos só podiam ser realizados no interior da sala “prisonal”, não sendo permitido a circulação seja pelas outras dependências da clínica ou em áreas externas, igual ao CAPSi de Niterói quando os meninos “em situação de rua”, por um cordão humano ficavam estáticos em um único espaço, sem a possibilidade de circular. No caso da policlínica o cordão humano seria a enfermagem como um todo que na instituição é outorgado o papel de gerenciar as ocupações e circulação de pessoas na policlínica, mas o mesmo cordão do CAPSi de Niterói praticamente que eram compostos pelos próprios profissionais de saúde. A composição da policlínica apresenta similaridades com os atendimentos que eram realizados pelo núcleo de saúde mental do DEGASE, uma vez que os adolescentes não podiam sair da sala de atendimento, mesmo em uma proposta grupal. Na Policlínica quem vigia são os técnicos de enfermagem, no sistema socioeducativo quem vigia são os chamados agentes socioeducativos que só tem esse nome, pois na prática a lógica é policial, assim como as dos técnicos de enfermagem.

No grupo de jovens, Marcela com 21 anos trazia narrativas do quanto foi difícil o período pandêmico – SARS COVID 19, em 2020, quando teve que ficar em isolamento social. Ela disse que sentia que a sua vida fosse como se estivesse ficado estratificada, contudo, apesar de trazer algo que sugerisse um não se movimentar, a jovem de forma auto ditada aprendeu a língua inglesa por meio de vídeos que assistia na plataforma youtube. A partir desse ponto, os outros membros demonstraram interesse na aprendizagem do inglês e Marcela prontificou-se de imediato compartilhar o seu método peculiar que criou para eles. A policlínica não dispõe de sala com acústica que garanta, totalmente o sigilo, ou seja, se tivesse gente na sala ao lado onde funcionava o raio x teria a possibilidade de ser escutado o que estava sendo dito. A questão é que em pouco tempo, os profissionais que gerenciavam a circulação na policlínica, assim

como os agentes penitenciários com o curso de inglês das presas , na unidade prisional Romeiro Neto, começaram a tecer comentários com indagações do porquê de um lecionamento, de inglês. Assim como, os agentes diziam que presa não tinha que aprender inglês, os profissionais de saúde disseram que o que estava sendo praticado não podia ser considerado psicoterapia. Não poderia ser visto como tal , segundo eles , a começar porque era em grupo e tampouco por ter uma pessoa do grupo propondo ensinar o inglês. O cenário da unidade prisional Romeiro Neto se repetia, inclusive com os incômodos que estavam sendo gerados ao entorno. Instituições a priori distintas – uma de saúde , cuja oferta é propiciar o cuidado, a outra em sua essência fadada a punir, reproduzindo o sujeito excluído, não nada diferente nas outras instituições aqui elencadas. Enquanto deu, foi potencializado no grupo o compartilhamento dos caminhos de Marcela para aprender o inglês, possibilitando a ela uma percepção de um não ficar estática, tanto no agora como a mesma sensação de movimento no decorrer da pandemia. E aos outros membros a possibilidade da descoberta do conhecer algo novo pelas experimentações. Os membros traziam poesias que iam se transformando em outras muitas coisas a partir da junção desses textos e nas transposições para a língua inglesa. Chegaram a pensar na composição de uma música. Muitas vezes, era possível os profissionais da enfermagem dizerem que estavam acabando de fazer a ronda, chegando a abrir a porta em pleno funcionamento dos grupos, como os agentes penitenciários , na unidade prisional que faziam o confere das presas no momento do curso de inglês, com o mesmo propósito : vigiar e de alguma forma , por meio da sua força institucional , propiciar uma não credibilidade ao trabalho, uma vez que se faz acreditar que o inglês não é terapia , que o inglês não é necessário em uma unidade prisional. Em agosto de 2023 sai de férias e ao retornar , no mês seguinte, a sala não estava mais disponível para os atendimentos da psicologia.

A partir do momento que eu não tinha mais uma sala nem com o espaço mínimo para acomodar duas ou quatro pessoas passei a atender as pessoas do grupo de todas as faixa etárias individualmente, capturado pelo modelo médico. Nesse momento, a psicologia não tem mais uma sala própria. É deslocada para o segundo andar da policlínica , onde ocorrem a maioria dos atendimentos médicos, ou seja, as salas totalmente arquitetadas e a serviço dos médicos. Assim, a cada dia que chego para atender, sou deslocado para uma sala diferente e gradativamente a sala ambientadas com os brinquedos que havia conseguido por doações não figura na escala que vejo todas as vezes. Esta passa a ser destinada para a psiquiatra e para uma psicóloga que não atende o público infantil.

Com a interrupção dos encontros, Marcele nos seus atendimentos, passou a deixar escritos, dando instruções de como aprender o inglês pelo youtube, que eram entregues aos outros membros do grupos, nos seus respectivos atendimentos individuais. Era notório a felicidade de Marcele ao entregar a mim essas instruções. Ela dizia que passava horas pensando na melhor maneira de passar aos outros os seus conhecimentos.

É por esses vieses que a policlínica Dom Walmor não se diferencia das unidades prisionais, do sistema socioeducativo, do acolhimento institucional, do conselho tutelar, do Creas e dos dispositivos de saúde mental, assim como essas instituições não se diferenciam entre si, pois o sujeito vai se reproduzindo por processos sociais excludentes que inclui, ou seja, a inclusão já é por si só o processo de exclusão, como as reproduções perpassassem pela inclusão. Na policlínica, por exemplo, há inclusão quando esse sujeito está sendo atendido pelo escopo médico, mas ao mesmo tempo é excluído quando os atendimentos da psicologia são capturados pelo paradigma médico. Assim, o sujeito é incluído e excluído concomitantemente nesses entrelaces institucionais maquinicos com o ideário de que está tendo acesso ao atendimento, mas o atendimento médico. O psicólogo ira fazer o atendimento médico, o fisioterapeuta, o fonoaudiólogo, todos unicamente a serviço da medicina , assim como na prisão que todos irão atuar sob a égide do cárcere – “ afinal somos todos carcereiros , somos todos médicos ” , não existindo a perspectiva da psicologia poder pensar em um curso de inglês para as presas, pois a lógica é punitiva, como só fosse possível atender como um carcereiro, sendo o único modelo admissível esse - o do aprisionamento, assim como o do médico, não sendo possível o mesmo curso de inglês na policlínica porque o atendimento é unicamente médico. Isso vai se repetindo com as outras instituições aqui elencadas, de modo que elas se entrelaçam maquinicamente, no qual são reproduzidos processos sociais excludentes a partir da inclusão. Nesse sentido não existiria exclusão social propriamente pura , estando o sujeito incluído nessas instituições que se decalam, que se entrelaçam em um funcionamento maquinico.

Os processos sociais excludentes nas instituições manifestam-se de diversas formas , reproduzindo sujeitos marginalizados, como o atendimento médico que já seria o suficiente , simplesmente por esses sujeitos serem pobres e como são carentes de tudo estaria muito bom a oferta desse atendimento médico por todas as especialidades da policlínica. A inclusão social nas instituições está entrelaçado em um funcionamento engrenado na exclusão. Contudo, é nas fissuras, nessas dobras do entre que outros

territórios vão se desconstituindo em um contínuo, por meio da alteridade e realteridade, como por alguns momentos ocorressem o desenlace desses entrelaçamentos que residem no entre. O decalque não é simplesmente a repetição do mesmo, ele também provoca, no processo, fissuras, dobras/dobradiças. O decalcar se dá diferentemente, de modo que nesses processos há tensionamentos que provocam desenlaces que podem ser compreendidos por muitas linhas de fuga, como o esquizodrama.

Na Policlínica Dom Walmor, eu atendo todas as faixas etárias e , por vezes, em consonância com as políticas públicas que balizam a atenção psicossocial, faz se necessário o diálogo com outros atores da rede intersetorial. A paciente Marcele, em vários atendimentos, narrava a dificuldade que estava tendo para se inserir no mercado de trabalho, o que estava causando lhe muito sofrimento psíquico. Em um desses atendimentos, juntamente com ela, reestruturamos o seu currículo, inclusive, dando ênfase ao fato dela ser auto ditada na língua inglesa. Porém , não tinha como explorar muito as qualificações profissionais pela carência dessas. Marcele reside numa área rural do município de Nova Iguaçu. Ela relatava que ao redor de sua casa só era possível avistar a natureza. Ou seja, sem opções de instituições que oferecessem cursos de qualificação profissional. No território de Marcele tem um Cras- Centro de Referência de Assistência Social, a atenção básica da assistência. A partir da perspectiva das políticas públicas atinentes à atenção psicossocial estabeleci contato com o Cras do território com a finalidade de constituir alguma parceria que pudesse vir a ajudar nas demandas trazidas por Marcele. Assim, consegui marcar um encontro com a assistente social deste equipamento, entretanto a região do Cras é bem distante da policlínica. Por essa razão solicitei a direção da policlínica que disponibilizasse o fiat mobi da secretaria de saúde , que fica estacionado o dia inteiro ocioso em frente a Dom Walmor. Foi dito pela direção que não seria possível ceder o carro para tal finalidade porque a organização social – gestora da saúde deste município, não autorizava com o argumento de que o trabalho é somente no interior da policlínica, nas salas , prestando atendimentos individuais – o atendimento médico.

Para encontrar a assistente social do Cras fiz uso do serviço de transporte por aplicativo. Logo, estabeleci a parceria, o que culminou em uma visita domiciliar e acompanhamento das demandas sociais de Marcele. Em um dos atendimentos, com muita alegria, ela narrou que havia conseguido acesso a um órgão que dispara inscrições para o programa jovem aprendiz, bem como matrícula em curso de

informática, oferecido por uma ONG – Organização não governamental que atua no território de abrangência dela. Era notório a satisfação de Marcelle. Isso só foi possível pelas provocações do ambulatório de saúde mental ao equipamento da proteção social básica da assistência social, que por estar no território, teve êxito nos agenciamentos do curso e das inscrições no jovem aprendiz. Sem essa articulação com o Cras eu sozinho jamais conseguiria tal agenciamento, inclusive, por não conhecer o território.

Em outra situação, já sabendo que não seria autorizado, realizei um encontro com os técnicos de saúde mental do CAPSi Adriano Hipólito a fim de compreender melhor o percurso de um adolescente que era atendido lá há um ano. Este adolescente veio encaminhado pela psiquiatria da policlínica por conta de comportamentos com cunho sexual tido como desviantes no ordenamento social. Pelo fato de eu ter feito essa visita institucional ao CAPSi a direção me chamou, informando que eu não poderia deixar as dependências da policlínica em nenhuma hipótese, pois existem câmeras que caso eu descumprisse a ordem, detectaria as minhas saídas. A sensação é de um aprisionamento em um molde do sistema prisional na lógica punitivista encarcerado nos paradigmas que norteiam o atendimento médico, nesse sentido a policlínica e o presídio se entrelaçam, mas não somente numa única coisa. Esse enrijecimento por mais que as amarras estejam trincadas, é no movimentar-se, mesmo muito pequenas, que as brechas vão emergindo a cada dia na policlínica. São nesses entre desenlaces, no movimento do acontecimento, nos encontros, que é possível avocar linhas de fuga, com por exemplo – o esquizodrama.

O trabalho na policlínica é muito solitário, no sentido de que as interações com os outros profissionais, inclusive da mesma área são muito raros. Em uma dessas passadas pelos corredores encontrei a psiquiatra que indagou me acerca do adolescente que encaminhara. Trouxe – lhes informações que tinha colhido no dia do encontro com os técnicos do CAPSi. Mencionei a ela, o quanto foi importante essa intervenção para a continuidade do acompanhamento e do quanto seria importante novos encontros com o CAPSi, inclusive com a participação dela. A psiquiatra me disse que como foi uma situação que a preocupou, tanto que ela havia solicitado urgência para o atendimento psicológico, considerando -se que foi a partir dessa troca com os técnicos do CAPSi que foi possível constatar que as relações estabelecidas entre a mãe e o filho no sentido desta figurar como uma figura de autoridade, que por vezes, o adolescente necessita que a médica prontificou-se desde que avisada com antecedência estar presente em um eventual encontro com os profissionais do CAPSi. Essa conectividade com a médica

por alguns entres laces, desenlaçam-se em uma outra coisa permitindo engrenagens que destoam da reprodução diária – o atendimento médico clássico. Na medida em que a médica se propõe a estar no próximo encontro, o ideário de um não sair, mesmo que seja por conta de um paciente apenas se dilui, simplesmente porque quem está rogando a intervenção não é mais um profissional de psicologia e sim um médico, como aquela atuação passasse a compor o atendimento médico, perpassando ali nos esquizoemas de tão sutis que é, como as alteridades/realteridades. Trata-se de um processo maquinico que se desenlaça esquizodramaticamente.

O esquizodrama aqui pode ser compreendido como uma das dobras/ dobradiças, por meio dos esquizoemas que residem na potência do devir das alteridades/realteridades, compondo -se em linhas de fuga. Em Baremlitt, alteridade é entendida como um elemento fundamental para a convivência em sociedade, no qual o "outro" é visto não apenas como um ser diferente, mas como um sujeito com suas próprias peculiaridades, já a realteridade são as relações que se estabelecem entre a própria realidade e a realidade do outro. A realteridade transcende a mera coexistência; ela busca a intersecção e a compreensão das experiências e das realidades distintas, envolvendo um processo de interlocução, nas quais as percepções e experiências de cada sujeito são compartilhadas. Essas trocas são fundamentais para as transformações da realidade. São nas realteridades que as individualidades e as coletividades se entrelaçam, desenlaçando-se. Enquanto nas alteridades há o reconhecimento do outro, nas realteridades há uma composição de novas formas de ser e estar no mundo. É justamente por isso que elas residem nos devires dos esquizoemas, não estando em qualquer enquadre fechado como algo conceitual e estático. É justamente por elas não terem uma forma que se bricolam numa multiplicidade de colagens, as bricolagens – nos desenlaces que advém do esquizodrama. Assim, esquizodramaticamente, por meio das alteridades/realteridades, as realidades das instituições vão sofrendo transmutações que se entrelaçam no entre por uma lógica arbórea – aquele sujeito que se reproduz pelos processos includentes em um funcionamento maquinico que o exclui, mas ao mesmo tempo rizomática, inconsistentemente, em um acontecer esquizodramático norteado por produções desejanter que vão se imergindo, decalcando-se nos entres e emergem-se em multiplicitárias outras coisas que se tornam possíveis pelos emanharados desenlaçados esquizodramaticamente.

Assim, compreende-se as doze pistagens institucionais em um único rosto de muitas rostidades que se desenlaçam esquizodramaticamente. Nessas engrenagens, é que um

presídio conecta-se com uma policlínica , sendo possível a compreensão , por meio do tempo dos afetos , o acontecimento curso de inglês não sendo apenas uma mera coincidência e sim processos maquinais que produzem exclusão social – de um sujeito que se reproduz e produz desejos decalcando -se em muitas outras dobras, em entrelaçamentos pelos entres do DEGASE, do acolhimento institucional , do conselho tutelar , do CAPSi e do Creas, sendo todas essas instituições por um ponto uma só – a dos processos sociais includentes/ excludentes. Mas também nos entres , na potência dos encontros, das decomposições que se compõe nas realidades e nos templos sagrados do devir ocorrem os desenlaces nas micro coisas dessas instituições, como por exemplo , como foram as experimentações de cada um no curso de inglês e as elenções das outras pistas. Trata-se de um desenlace esquizodramático, de um tratado que não diz de um somente esquizodramatizar, mas de levar uma vida esquizodramática – do rizoma.

4º Ato

O tratado de levar uma vida esquizodramática , o encontro com Gregório Franklin Baremlitt – o guerreiro do devir.

Nas andanças pelo sistema prisional carioca , já ocorriam em mim tensionamentos a partir dos afetos/ afecções que as práticas produzidas suscitavam a respondê-las pelo viés da análise institucional , isso porque segundo Baremlitt trata-se de uma abordagem que visa compreender e transformar as dinâmicas e práticas institucionais executadas. Procura investigar como as instituições públicas funcionam, identificando suas estruturas de poder, normas, valores e práticas que moldam suas atividades e relações. Assim investiga as relações de poder presentes nas instituições públicas, buscando identificar e desconstruir práticas opressivas, hierárquicas e excludentes, promovendo relações mais horizontais e libertárias , ou seja, também no campo das instituições públicas visa promover a reflexão crítica sobre as práticas e estruturas presentes nesses espaços, com o objetivo de promover mudanças e transformações. Por óbvio não tanto assim óbvio que o estar do psicólogo no cárcere exigia de mim produções que desembocassem em

transformações e porque não nas transmutações, não para atender a um clamor positivista social de que estaríamos promovendo a tal da ressocialização dos presos, mas sobretudo, para ter algumas linhas que tangenciassem a lógica arborífera. Neste contexto, que me aproximo das ideias de Gregório, ainda em 2005.

Em 2005, começo a me ater a um Baremlitt analista institucional, entendendo que esses preceitos – institucionalização, processos instituintes e análise crítica do conhecimento a partir do coletivo poderiam responder ou subsidiar algumas práticas que eu estava me propondo a executar no cárcere. Não um fazer que se calcasse somente na LEP – Lei de execuções penais, cujo cargo chefe é o exame criminológico, mas em práticas que pudessem propiciar em uma multiplicidade de coisas libertárias. Naquele momento, apenas as leituras da análise institucional iam balizando os meus fazeres. Assim, eu conseguia vislumbrar aquele espaço de aprisionamento em uma dobradiça em que eu pudesse provocar as potencialidades daqueles que ali estavam. Para começar não os vendo como criminosos em uma perspectiva macropolítica e macroeconômica do capital mundial integrado e sim valorar as relações, por exemplo, a partir da potência dos encontros, por exemplo, o almoço regado a camarão com os generais do comando vermelho.

O desejo de me aprofundar mais nas ideias do Gregório vai aumentando cada vez mais no decorrer dos anos. Em um determinado momento, tomo conhecimento da formação que esse oferecia em seu instituto, intitulado como especialização em Análise Institucional, Esquizoanálise e Esquizodrama: Clínica de Indivíduos, Grupos, Organizações e Redes Sociais. Chama-me a atenção a parte da análise institucional, inicialmente. Entretanto, essa formação ocorria na capital mineira com duração de dois anos, tendo um custo alto para os meus padrões, pois eu atuava nas instituições, na época, em contratos temporários, precários com salário baixo. Eu não tinha, naquele momento, conhecimento de nenhum grupo de estudos aqui no Rio, assim, comecei a ler Baremlitt por conta própria, e na medida em que eu ia me aprofundando nos seus escritos mais eu era afetado/aficionado, de modo que refletia nas minhas atuações no sistema penitenciário carioca e socioeducativo. Desse modo, em um determinado momento, já não era suficiente as leituras, eu tinha a necessidade de estar com ele, de experimentar as experimentações. Em 2009, mesmo ganhando pouco, comecei a guardar algum dinheiro com a finalidade de me submeter a imersões que na minha cabeça, apenas nela, seria com os pressupostos da análise institucional e da esquizoanálise.

Os anos iam passando, até que, finalmente, em 2014 ingressei na formação no Instituto Gregório Barenblitt, situado na região metropolitana de Belo Horizonte. No início a ideia que eu tinha era que eu estaria em uma sala tradicional com carteiras e um quadro negro, copiando a matéria em um caderno. Logo, deparei-me com um espaço totalmente diverso deste, pois não tinha nada disso, apenas muitas almofadas e um quadro na parede que eu não conseguia saber direito o que era. Talvez, a finalidade fosse essa mesmo a de não saber o que era, mas o que poderia ser para mim em vários momentos que eu estivesse naquele lugar.

A prefeitura do Rio, em 2014, exigia 40 horas semanais do profissional de psicologia atuante nos conselhos tutelares. Essa carga horária impossibilitaria a minha continuidade na formação esquizo. Porém, o conselheiro Justos do samba, entendendo que era injusto os outros profissionais que tinham as mesmas atribuições, frequentassem três dias na semana, por conta de terem o vínculo estatutário, bancou a minha frequência igualmente a desses profissionais, abdicando-se, inclusive, da minha presença física as sextas feiras que eu tivesse que estar no instituto. Assim, justos contagiou os outros conselheiros que oficiaram a Secretaria de Assistência e Direitos Humanos do município do Rio, informando que eu cumpriria carga horária análoga aos técnicos concursados. Dessa forma, permaneci no CT O1- Centro/RJ durante o mandato deste colegiado, possibilitando-me continuar na minha formação.

A maioria das aulas do Gregório, ocorriam as sextas feiras à noite e na minha fantasia essas seriam dispositivas por meio da oratória, ou seja, nos moldes que estamos acostumados na maioria das instituições de ensino no Brasil. Mas, os ensinamentos se davam primordialmente pelos experimentos a partir das experiências de cada encontro. Em um primeiro momento aquilo me angustiava porque eu me questionava a cerca de não esta produzindo anotações no meu “caderninho”, muitas vezes, com a enorme sensação de um vazio ao olhar para a tal “brochurinha”. Ao compartilhar essa angústia com uma colega de turma, essa me falou que eu estava olhando muito para o “caderninho” e deveria olhar para muitas outras coisas que aconteciam ali. Assim, as anotações produzidas estariam inscritas pelas experimentações vivenciadas pelo corpóreo em um corpo sem órgãos. Ainda disse me que era para se ater aos devires, a multiplicidade e procurar aproveitar ao máximo as experimentações com aquele guerreiro do devir.

Gregório Barenblitt é legitimamente "o guerreiro do devir", pois nos seus encontros enfatizava a criticidade atenta às mudanças, principalmente, ao que diz respeito à

subjetividade e à identidade no mundo em constante transformação. Para ele, o devir é o movimento intenso em direção ao novo, à reinvenção de si e do mundo, em contraposição a perspectivas do capital mundial integrado que se atém a uma lógica estática e determinista. O termo "guerreiro" atribuído a Baremlitt impõe o quanto foi combativo e resistente as estruturas sociais enrijecidas. A Clínica com "K" do devir enfatiza a importância das ações e experimentações nas constituições subjetivas, com o prisma do enfrentamento das incertezas e dos paradoxos que se encontram na possibilidade das criações e das transformações/transmutações. Ele foi e é sempre o "guerreiro do devir" pelas suas imprevisibilidades – o improviso que promovia naqueles encontros, as sextas-feiras, o fomento do pensamento crítico e da inovação. O Baremba, como era carinhosamente chamado por nós já me deixava afetado por inúmeras questões que vinham de encontro as minhas práticas. Mas, no decorrer desta formação, não foi o Baremlitt da análise institucional e o da esquizoanálise que mais me trouxe afecções e sim o do seu mais intempestivo invento – o esquizodrama.

O Esquizodrama propõe uma vivência intensa e imersiva, no qual os participantes têm a oportunidade de expressar seus sentimentos, procurar entender suas próprias ações e reações, trabalhando suas questões internas a partir das experimentações e criações. No esquizodrama, os participantes podem vivenciar situações ficcionais ou reais e na medida em que esses cenários são explorados as emoções reprimidas, os traumas e os conflitos, por exemplo, dentro de uma multiplicidade de coisas internas podem emergir, possibilitando uma reflexão profunda e potencial transformação/transmutação pessoal. O esquizodrama, portanto, visa promover o autoconhecimento, a expressão emocional, apostando na potência dos devires.

"O esquizodrama é uma cena clínica, cujas leis internas se produzem por caminhos próprios que abandonam, sem complexo, a rota aristotélica da peripécia e o risco de transformar cada figura em personagem. Se há um sistema, é o que as figuras têm em comum, que é o fato de serem estranhas, incompletas, acidentadas, parecendo surgir do caos real de personagens aplumadas. O esquizodrama é o teatro destas figuras que não se bifurcam, mas são contínuas. E não dá para representá-las melhor do que com elas, de modo que se tratará de forçá-las, sendo cristão, no mesmo risco da solidariedade"

(BAREMBLITT, Gregório. Constituintes do Esquizodrama. São Paulo: Ágora, 1996).

Por boa parte da formação, eu apresentava uma resistência significativa as experimentações esquizodramáticas. Os colegas diziam que era para eu aproveitar ao máximo, pois estava diante do inventor do esquizodrama e esses experimentos eram muito solicitados por eles. Por muitos momentos, eu ficava irritado porque queria conhecimentos da análise institucional e da esquizoanálise. Até que diferentemente, do habitual das sextas, em um dos sábados, que também ocorria a formação, mas com outros professores, o Baremba apareceu nesse dia, colocando umas folhas, tipo papel 40 quilos no centro da sala juntando-as de um jeito que se formou em uma enorme tela. Além disso, vários adereços foram disponibilizados a nós, de modo que cada um escolhesse o que quisesse para colocar. Eu escolhi, um cone que fiz como uma espécie de chapéu, fiz uns borrões de vermelho no rosto e um tambor com o intuito de reproduzir algum som. Tinha muitos outros adereços, possibilitando uma infinidade de composições. Por exemplo, tiveram alguns colegas que compuseram, por meio de vestidos, a sua feminilidade, outras a sua masculinidade e outros a afinidade forte que possuem com a natureza, tendo várias composições. Posteriormente, já com todos, utilizando-se dos adereços, fomos convidados a irmos para as ruas ao entorno do instituto. Enquanto eu caminhava batendo o meu tambor, dava-me a sensação, concomitantemente, de aprisionamento por produzir o mesmo som advindo do instrumento e de uma ruptura ou fissura quando eu percebia pela intensidade das batidas, mesmo que mínima, alguma diferença daquele mesmo som que ecoava do tambor. No ritmo das minhas batidas, no caminhar, as outras figuras estranhas – os colegas, iam compondo e se decompondo entre si e com as paisagens e pessoas que estavam passando naquele momento. Neste sentido, as minhas batidas não estavam mais atreladas apenas a mim, mas era como desse algum ritmo, como uma espécie de combustível, para que aquelas figuras, agora composta em um maquinário engrenasse para uma multiplicidade poliversa, que resultasse em algo proveniente daquelas coletivizações, mas ao mesmo tempo, engrenagens singulares emergissem. A sensação que eu tinha era que aquelas batidas davam ritmo a aquele acontecimento desdobrando-se em muitas acontecelagens. Por não muito óbvio, assim, o estranhamento causado nas pessoas que estavam nas ruas, daquele bairro nobre, de Belo Horizonte, era notório. A essa altura as paisagens urbanas da rua Herval e as ao entorno dela já estavam compostas por nós com os que ali estavam passando e estando em cada momento daquele

percurso, um caminho peculiar de cada um de nós. Os devires insurgiram criativamente em vários momentos. Devir crianças, devir mulher, devir animal , devir palhaço de circo, devir batedor de bumbo...etc...

Posteriormente , retornamos para o espaço do instituto. Fomos convidados a colocar o nosso percurso na imensa tela por meio do grafismo. Tratava-se, agora de ilustrar o caminho, de mapear, de Kartografar. Uma Kartografia com “ K ” , aquela do desvio , das fissuras e das dobras/dobradiças. Foi o meu primeiro contato, de forma clara a mim com o processo kartográfico. A partir disso, a kartografia nunca mais deixou de estar presente em meus fazeres. A kartografia emerge imersivamente/imersão o tempo todo em mim. A desterritorialização provocada pelo esquizodrama passou a fazer muito sentido e mais ainda a fala dos meus colegas de turma ao mencionarem para aproveitar ao máximo as experimentações esquizodramáticas. Desde então, fui mergulhando nos experimentos esquizodramático intensamente e foram vários. Dentre esses muitos, teve um em que eu batia mais batia com muita intensidade com as mãos no chão a tal ponto de abrir feridas . Era como estivesse demolindo muralhas que impedissem o libertário. Bati tanto que em um determinado momento fiquei sem ar, deitando-se no chão, quando uma colega com sua boca soprou ar na minha e como ela soprava de forma potente . Eu me reestabeleci e continuei a bater e a bater e nunca mais parei. O esquizodrama é uma linha de fuga – o desenlace.

Em 2016 conclui a formação no instituto, contudo , nunca me desliguei dele. O esquizodrama , a kartografia balizam tudo que eu procuro promover nas instituições que atuei e trabalho nos tempos atuais. Em 4 de outubro de 2021, o guerreiro do devir nos deixou. Gregório Baremlitt transvivenciou.

“ Madrugada de 04/10/2021. Noite silenciosa. Até as lágrimas respeitosamente estão em estado de prece.

Dr. Gregório F. Baremlitt transvivenciou.

A nossa Terra está mais cinzenta, o céu se intensificou: ele ganhou mais vida, vida que destemida sempre é a coragem da luta e a ousadia do sonho.

É hoje lá, como foi aqui...

Melhor: como é aqui...

Os mestres não passam, os amigos não se ausentam...

Ficam, permanecem... Eternizam-se na potência de suas lições, na boniteza da ternura que lhes marcam a amizade...

Assim, o querido mestre, amado amigo é...

sempre me encanta vê-lo. Nunca o encontrei longe da fertilidade inventiva. Ou longe da indignação insurgente. Um revolucionário...

Sempre tramando o novo.

Deixa-nos um legado.

O esquizodrama, sim. Mas deixa-nos um jeito de ser... O esquizodrama na vida, sempre... a experimentação da vida... vida que se faz inclusão, liberdade, generosidade, arte, compaixão e solidariedade.

De fato, ele é... Gregório F Baremlitt, guerreiro do devir, mestre libertário; um amigo, sempre...

Baremlitt, um farol. Sempre corporeando lutas e sonhos, devires amorosos por paz e libertação...

Penso nele toda vez que leio Terra Sonâmbula: "O velho lhe dedica paciências, em paternas maternidades. Sem nunca lhe escapar uma ternura." Mia Couto.

Assim, é...

Neste momento, dói pensar que ele partiu.

O mundo anda tão cinza, tão medíocre...

O fascismo corrói e cutuca...

Tempos sombrios...

Dói pensar que ele partiu...

Precisamos dele... Precisamos do mestre, do guerreiro... E precisamos muito, muitíssimo, do amigo...

Dói. Em torno, olho e parece um grande campo de concentração...

A necropolítica, o conservadorismo... a miséria... social, existencial, afetiva...

Tempos difíceis.

Será que o infinito não viu nossa realidade? Respiro, suspiro... No silêncio, calo meus pensamentos. Não é justo deixar o egoísmo nosso de todo dia macular o abraço na hora da partida.

Gregório vive o momento do passarinho.

E merece voar... Tomar posse da imensidão... Cirandar com as

*estrelas e dramatizar sonhos e lutas
nos territórios sagrados do devir.
O céu do Gregório é as terras do
devir. Como os territórios
esquizodramáticos do devir são
ilhas do céu no meio do mundo.*

*Assim, talvez, possamos trafegar
por esta dor com serenidade,
suavidade.*

*É partida. E partida com abraço
forte, carinho multiplicado..., Mas
não é adeus.*

Temos um ponto de encontro.

*Temos caminho que persiste e
persistirá sempre como caminho
partilhado.*

Baremlitt presente!

*Vamos estar juntos sempre
esquizodramatizando a esperança,
multiplicando o amor,
desbravando nos fronts da
revolução a paz e a amizade.*

*Continuaremos... nos encontrando
nos portais da realteridade.*

*E juntos esquizodramaticamente
inventaremos... inventaremos uma
nova Terra, novo céu e novo mar...*

*Uma nova Terra, um novo céu e um
novo mar... com o velho e eterno
amor, com o devir Baremlitt...*

*Madrugada, silêncio. Tempo de
oração.*

*Na oração, uma certeza: Gregório
vive...*

O amor não morre.

*E é com ele que buscaremos canto
e prosa para baremlittiar a luta
que continua...*

*Mas agora ainda no aconchego do
silêncio apenas uma última
palavra:*

*Gregório, leve no carinho deste
abraço nossa eterna gratidão!...*

*E saiba que você ficará... na
eternidade da sua obra, no
imperecível e cálido ninho que
sempre foi e é o devir amoroso do
seu revolucionário coração."*

*(Via Atahualpa Maciel- nota
publicada por Jorge Bichueti nas
redes sociais em 4 de outubro de
2021)*

Considerações Finais – o encontro com Kaio, Clínica do caos – caosmos , cosmos , o experimento.

Trata-se de um paciente de quatorze anos de idade, com diagnóstico de autismo, atendido no CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) Monteiro Lobato desde os sete anos aproximadamente. Este paciente não verbaliza através de palavras. Frequenta escola na perspectiva da educação inclusiva, ou seja, tem convívio com os outros alunos sem estar discriminado destes. Os pais são casados e frequentam o CAPSI com assiduidade, sendo bastante receptivos e colaboradores com as atividades propostas. Eles participam de um grupo terapêutico de pais que acontece simultaneamente ao turno que X faz parte.

Os pais em muitos momentos, principalmente, a mãe demonstrou muita angústia por não conseguir lidar com X. Ela relatava que X às vezes a mordia e apresentava-se com atitudes de muita agressividade. X faz uso de algumas medicações, como por exemplo estabilizador de humor, por isso a mãe trazia um certo inconformismo porque mesmo com o uso dos remédios essas atitudes não cessavam. Além disso, X não aceitava determinados alimentos, assim como denotava muita resistência para tomar banho e realizar a sua higiene bucal. Na escola não participava das atividades de educação física e sempre com muita dificuldade de interagir com seus pares.

Uma das questões de maior relevância de X e que produzia sentimentos de muita angústia para os pais era o fato de que X não conhecia o próprio quarto, pois não subia de jeito nenhum as escadas que dão acesso ao adjutório da casa de dois andares. Além de não conseguir dormir sem a companhia dos pais. O relato destes é que todos dormiam na sala.

Ao chegar no CAPSI, X em vários momentos não aceitava sequer adentrar na casa, ficando por vezes muito agressivo. Os pais sempre muito angustiados por terem muita dificuldade no lidar com X chegavam a chorar por inúmeras vezes.

Segundo Baremlitt, Deleuze e Guattari afirmam que a montagem de todo dispositivo inventivo exige a composição de um CsO, fazem a ressalva de, a rigor, toda realidade, incluindo por exemplo uma subjetividade, já tem um. Trata-se de construir um que seja propício para servir de plano de consistência ao corpo (dito no sentido amplo de corpo

individual ou coletivo, de um corpus, linguístico moral ou jurídico, de uma corporação etc.). Fazer-se um CsO implica no uso de todas as manobras destinadas à abolição dos valores, da identidade, da hierarquia, da forma e substância do conteúdo, e de expressão de vontade, desejo, pensamento, imaginação, atividade, passividade, consciência. Es uma desestratificação, decodificação, desobrecodificação, sesaxiomatização, desterritorialização etc. Em outras palavras a abolição, transitória e parcial dos signos de vida realitária identitária, desconstrução essa cujo paradigma seriam certos procedimentos budistas zen e hindus.

Baremlitt cita ainda que é a partir dessa abolição que a realidade em pauta ou o dispositivo experimental montado, se tornam descompostos e permeáveis as composições do novo absoluto que se geram na passagem do caosmos ao cosmos.

Nesse viés os bons encontros são bem-vindos e por demasiadamente potentes. O paciente X é referenciado no CAPSI a outros profissionais, ou seja, eu não era a referência do paciente X. O paciente inclusive não ia ao CAPSI nos dias em que eu estava trabalhando lá. O bom encontro pode ser um acontecimento. E literalmente ao acaso em um dia que X comparece no CAPSI para pegar medicação eu o encontro pela primeira vez. Os pais tentando usar de força física para que X adentrasse na casa. Neste momento aproximei-me e sem usar a palavra procurei estabelecer uma espécie de conexão com X, algo da invenção, do devir. Baremlitt cita que segundo Espinosa, o encontro é a conexão ou mistura das relações características de um corpo com outro corpo, o qual, devido à potência de afetar e ser afetado, é capaz de produzir bons e maus encontros. Um bom encontro é aquele que intensifica nossa potência de existir, assim como a de recriar nossas próprias “relações características”, tendendo a uma reinvenção contínua de nossa suposta “identidade”. A conexão foi se estabelecendo na medida em que os meus braços iam se misturando com o do paciente e os movimentos diversos desses membros misturados iam ficando cada vez mais rápidos como se algo estivesse precisando ser engrenado, como se máquinas precisassem voltar a funcionar, a produzir algo que ainda não estava sendo produzido. Desta maneira fui me conectando com X. E nesse mesmo dia X juntamente comigo, como nós dois fossemos apenas um ou talvez um complemento de peças maquinicas X, gradativamente, consegui andar pelo quintal da casa, algo que segundo relatos de outros profissionais X nunca tinha conseguido fazer. A partir desse dia X

passou a frequentar a convivência (atendimento coletivo) que acontecia nesse dia pelas manhãs.

Quando X vinha para o turno, nas primeiras vezes, essa forma de se conectar acontecia e X conseguia permanecer no CAPSI, inclusive descolando-se dos pais, que simultaneamente ao atendimento de X estava no grupo terapêutico de pais. X em um determinado momento começou a sorrir e outras formas de conexões iam surgindo proporcionalmente aos atendimentos realizados. Essas formas conectivas iam se diversificando de tal jeito que não necessariamente precisava estar fisicamente grudado ou misturado comigo. Porém essa mistura ainda se dava, mas por outros meios que não somente pelo contato físico. Aos pouco X já conseguia correr pelo quintal. O paciente começou a buscar contato com os outros pacientes atendidos em conjunto com ele.

O relato dos pais era que os professores da escola de X estavam dizendo que o paciente estava participando, com vontade, das aulas de educação física, algo impensável pelos educadores. Os pais ainda estavam falando que X estava interagindo com os outros alunos. A assiduidade de X, que já era boa nos turnos, ficou melhor. Praticamente, sem faltar aos atendimentos coletivos. Os pais também estavam muito felizes com o grupo terapêutico afirmando ser de muito boa valia, inclusive sendo um disparador para lidar no manejo com X.

Para Deleuze as intensidades constituem as origens do pensamento criador. São elas as condições para ‘sacudir’ as nossas formas convencionais de pensar, sentir e agir. Para o autor a intensidade representa uma ‘atitude intelectual’ ou uma ‘temperatura da alma’, opondo-se aos conceitos de normalidade, regularidade, comodidade.

Na perspectiva deleuziana as intensidades constituem, para o pensamento, signos de um processo de diferenciação das formas. Será por intermédio das intensidades que o pensamento devém inventivo escapando ao freio da razão. Sendo a intensidade condição de possibilidade da criação. O objeto do encontro não é uma forma, ou uma qualidade da forma, mas uma quantidade intensiva que abarca a desigualdade das forças, em si mesma, no arranjo de forças que constitui a natureza mesma de todas as formas. A diferença intensiva representa o insensível para a sensibilidade empírica, posto que está só apreende a intensidade como a qualidade de uma forma. Entretanto, o intensivo só pode ser sentido. Curioso paradoxo: algo que só pode ser sentido é insensível para a sensibilidade empírica.

Mas é exatamente isto que Deleuze advoga. O pensamento como processo de produção do que ainda não existe inicia-se por um outro uso da sensibilidade que imprimirá ao pensamento uma necessidade de criar.

Assim sendo, a Clínica praticada com X não estava fundada em fazê-lo subir as escadas no sentido stricto sensu, ou satisfazer a vontade dos pais no sentido de X corresponder todas as suas expectativas, mas sim possibilitar processos inventivos produções que não existem produções não imaginadas.

O paciente X em um determinado momento subiu as escadas da casa do CAPSI em um processo maquinaico, em boa parte desterritorializado, sem qualquer cobrança ou intensificação no subir as escadas, mas sobretudo na potencializações dos processos inventivos. Da possibilidade de um caosmos transmutar em um cosmo no dia a dia.

Os pais ao verem X na parte superior da casa procurando conhecer cada espaço em um processo de descobrimento dele mesmo e do que é impossível do possível de ser produzido, emocionaram-se. Foi colocado para os pais que não tinha uma receita de bolo para o acontecimento que acabara de acontecer. Procurei dar um tom eufêmico ao subir as escadas e possibilitar outros olhares desses pais para além disso. O subir as escadas era o menos importante e sim a valorização da potência e dos bons encontros. Esse era o ganho maior do experimento. Do encontro com o novo. E assim vem se realizando os atendimentos coletivos com o paciente X. A cada dia uma novidade, uma invenção.

Os pais mencionaram que X já subiu as escadas da casa deles, porém sem dar tanta ênfase ao ato de subir, mas nas possibilidades que esse ato pode propiciar. E finalmente conheceu seu quarto. Os experimentos esquizodramáticos continuam com X e as possibilidades de X são múltiplas.

*[...]” Aquele que conhece o jogo
Do fogo das coisas que são
É o sol
É a estrada
É o tempo
É o pé
E é o chão
Eu vi muitos homens brigando ouvi seus gritos
Estive no fundo de cada vontade encoberta
E a coisa mais certa de todas as coisas
Não vale um caminho sob o sol
E o sol sobre a estrada
É o sol sobre a estrada
É o sol
Por isso uma força me leva a cantar
Por isso essa força estranha
Por isso é que eu canto não posso parar
Por isso essa voz tamanha*

*Por isso uma força me leva a cantar
Por isso essa força estranha
Por isso é que eu canto não posso parar
Por isso essa voz, essa voz, essa voz tamanha.”*

(Caetano Emmanuel Viana Teles Veloso)

Referências Bibliográficas

BAREMBLITT, GREGÓRIO F. **Compêndio de Análise Institucional E outras Correntes Teoria e Prática**. Editora Fundação Gregório Baremlitt/Instituto Félix Guattari – FGB/IFG. Belo Horizonte, 2012 6 edição.

BAREMBLITT, GREGÓRIO F. **Introdução à Esquizoanálise**. Editora Fundação Gregório Baremlitt/Instituto Félix Guattari – FGB/IFG. Coleção Esquizoanálise e Esquizodrama, Belo Horizonte 2010, 3 edição.

BAREMBLITT, GREGÓRIO F. **O Inconsciente Institucional**. Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, Editora Fundação Gregório Baremlitt/Instituto Félix Guattari – FGB/IFG. Belo Horizonte, 1999, 2 edição.

FELIX, GUATTARI E GILLES, DELEUZE. **O Anti-Édipo**. São Paulo: Ed, v. 34, 2011.

FELIX, GUATTARI E GILLES, DELEUZE; **Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 1**, Editora 34, SP, 1ª Edição - 1995, 2ª Reimpressão – 1997.

FELIX, GUATTARI E GILLES, DELEUZE; **Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 2**, Editora 34, SP, 1ª Edição - 1995, 2ª Reimpressão – 1997.

FOCAULT, MICHEL. **A Verdade e As Formas Jurídicas**. Editora NAU, Rio de Janeiro 1999 2 edição.

FOCAULT, MICHEL. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete Editora Vozes, Petrópolis, 33 edição. 2007,

HÉLDER.BOSKA, MORAES E SARMENTO, MICHELE, SOUZA . **A Criminalização da Pobreza : Tecendo algumas reflexões**. Mestranda. Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor. Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

JORGE, ATILIO, SILVA, IULIANELI, PAULO, CESAR, PONTES, FRAGA (Organizadores) **Jovens em Tempo Real**, Editora DP&A Rio de Janeiro, 2003 1 edição.

MARIA, LUCRECIA, ZAVASCHI; **Crianças e Adolescentes Vulneráveis o atendimento interdisciplinar nos centros de atenção psicossocial**. Editora Artmed, SP 2009, 4 edição

ROBERTA, CARVALHO; ROMAGNOLI. **A Cartografia e a Relação Pesquisa de Vida.** Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil p.166-173,2009.

SANDRA, LOURENÇO; CORRÊA. **Esquizoanálise: Clínica E Subjetividade.** Mestre em Psicologia de Ribeirão Preto – Docente FAC- FEA (Araçatuba SP) 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARTAUD, Antonin. *O Teatro e seu Duplo.* Lisboa: Fenda, s/d.

BAREMBLITT, Gregório. *Experimento básico.* Editora FGB, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Espinoza e os Signos.* Lisboa: Rés, s/d.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia.* SP: Editora 34, 2010.